

ORGANIZADOR:
ALCIDES VOLPATO

① LINGUAJAR DOS MALEIROS E ENGRAXATES DE HERVAL

HERVAL D'OESTE



EDITORA
UNOESC

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão linguística e metodológica: Carlos Libman, Esther Arnold, Paula Stechenki Zaccaron
Projeto gráfico e capa: Simone Dal Moro
Revisão técnica final: Simone Dal Moro, Tiago de Matia
Diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L755 O linguajar dos maleiros e engraxates de Herval / Alcides Volpato, organizador. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2026.
124 p.: il. ; 23 cm.

ISBN e-book: 978-85-8422-329-9
Inclui bibliografia

1. História – Herval D'Oeste, SC. 2. Comunicação oral – Herval D'Oeste, SC. I. Volpato, Alcides, (org.).

CDD 981.64

Ficha catalográfica elaborada por Edina Mari Cavichioli - CRB 14/757

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor
Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi
Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Carla Fabiana Cazella
Campus de Xanxerê
Genesio Téo

Pró-reitora de Ensino
Jaciney Aparecida Danielli

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação,
Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Diretor Executivo
Jarlei Sartori

Conselho Editorial

Kurt Schneider
Tiago de Matia
Aline Pertile Remor
Marcos Cordeiro Freitas
Juliano Spuldaro
Ieda Margarete Oro
Robison Tramontina

Thais Janaina Wenczenovicz
Simone Silveira
Maurício Vicente Alves
Rodrigo Geremias
Marconi Januário
Marilda Pasqual Schneider
Camila Rostirola

O LINGUAJAR DOS MALEIROS E ENGRAXATES DE HERVAL

Alcides Volpato¹

“Serdie brautáio broice a rigia reque zarfie
a Hisrótia dos larmiero e enxargate”.

Traduzindo:

“Este trabalho sobre o Linguajar quer fazer
a História dos maleiros e engraxates”.

¹ Graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc - Joaçaba/SC); Especialista em Administração Pública pela Unoesc - Joaçaba/SC; Especialista em Proteção de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG); Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali - Itajaí/SC); Master Estudios de las Aguas IUACA Universidade de Alicante - Espanha.



Figura 1 – Fotografia da estação de trem de Herval d'Oeste

Fonte: elaborada por meio de inteligência artificial (ChatGPT), com base em fotografia de Aristeu Zampirão.

AGRADECIMENTOS

Agradecer aos líderes e mentores desta obra é o mínimo que posso fazer. Primeiramente, por ser esta uma forma de comunicação singular; depois, por disporem de tempo para gravar nossas conversas nas reuniões realizadas, conseguindo recordar a História e, ao mesmo tempo, nos permitir conhecer suas criatividades.

São pessoas simples sob o aspecto cultural, mas, ao mesmo tempo, sábias. Enquanto se defendem das línguas estrangeiras utilizadas pelos imigrantes, demonstram genialidade ao criarem uma forma única de comunicação, um vocabulário único em todo o planeta.

São eles: Tupira, Coringa, Moacir, Padilha, Pepe, João Silva, Tomas, Petry, Nancy Petry, Beto D’Agostini, Amaral, Nico Dallacosta, Boi, Tino e, nos últimos momentos, Aristeu Zampirão, professor Getúlio Galvão, Nando Spessato, Adãozinho Amaral, Elias Zampirão e Adão, além de muitas outras pessoas que colaboraram com esta obra.

Os agradecimentos são a grandeza de quem escreve. É preciso destacar algumas figuras indispensáveis:

Aristeu Zampirão – sua contribuição para a História foi fundamental. Vivenciou intensamente os acontecimentos e sua contribuição para o dicionário foi extremamente decisiva com traduções de músicas e poemas, além de fornecer a maior quantidade de fotos de época;

Nico Dallacosta – contribuiu com grandiosa visão, sendo o primeiro a registrar o Linguajar em uma academia, além de compartilhar sua história vivida;

Tupira – um homem extraordinário. Ainda em vida, em sua casa na Vila Militar, dedicou-me longo tempo, sempre acompanhado de “uma boa pinga”. Gravamos sua história com muito entusiasmo. Tristeza não o ter mais entre nós;

Curinga – foi um engraxate primoroso nas escadarias da estação do trem. Suas músicas no Linguajar, versos e contos foram inestimáveis. Meu colega e grande amigo, criamos a Unidos do Herval. Também já não está mais entre nós, o que me causa grande tristeza;

Elias Zampirão – apaixonado pela causa, escreveu poemas, forneceu contos, fotos e sempre se preocupou para que este livro fosse fidedigno;

João Silva – colaborou nos contos e nas correções do dicionário, sempre preocupado para que esta obra fosse fiel ao que de fato ocorreu;

Getúlio Galvão – professor de muitos de nós na Escola Melo e Alvim, trouxe comentários marcados por uma vivência ímpar. Seus relatos são impressionantes sobre os fatos e os meninos criadores do Linguajar;

Adão Amaral (Adãozinho) – suas contribuições foram indispensáveis em inúmeros momentos, em traduções e contos vividos. É um dos poucos que ainda falam rotineiramente com precisão e originalidade, sendo um sábio conhecedor do Linguajar.

PREFÁCIO

A Escuta do Fragmentado e do Marginalizado como Fundamento à História

Quando criança, boa parte do meu contato com o passado se materializou na figura de minha avó paterna, a Nona Augusta. Dedicava longos períodos à escuta atenta de suas reminiscências contextualizadas por minuciosos relatos sobre a infância e juventude, passadas em uma pequena comuna incrustada nas montanhas Dolomitas, uma subcadeia particularmente proeminente e de exuberante beleza paisagística dos Alpes, inteiramente localizada no Norte da Itália que, naquela época, fora tragicamente assolada pela Primeira Guerra Mundial, o que motivou a imigração da família para a América.

Aquelas narrativas, vívidas em sua memória, representaram a mim o primeiro e mais precioso contato com a arte da escuta, primeiro atenta, depois cuidadosa. Mal podia antever que, naqueles momentos de introspecção valorosa da ancestralidade e do tempo experimentado, eu internalizava um fundamento metodológico crucial para o estudo social. Assim, aprendi a ouvir, dar valor e buscar entender a vida de meus outros avós, dos meus pais, tios e de tantos outros.

No âmbito da pesquisa historiográfica, essa característica humana se traduz em método científico. Particularmente neste livro, que se insere no campo da História Oral, a escuta é o pilar que sustenta a investigação. O trabalho se constrói a partir da análise do discurso de histórias de vida, abordagens narrativas e do resgate e da valorização da memória como fonte primária. Esse método, utilizado com o cuidado necessário, permite-nos delimitar e compreender as experiências que o rigor documental, por vezes, não alcança.

Expressões específicas do vocabulário de grupos que possuem proximidade e cumplicidade, as gírias e *argots* se tornam elementos significativos e simbólicos no estudo da sociedade e da história,

pois atuam como marcadores linguísticos de identidade, estabelecendo coesão e fronteira social. Quando surgem e se aprimoram, refletem dinâmicas sociais, o que representa, na prática, uma forma peculiar de resistência cultural, distinção e pertencimento. Essas variações de linguagem, amplamente marginalizadas, são ferramentas ativas e distintas que constroem, mantêm e alicerçam a microcultura de um grupo, pois facilitam uma comunicação entre iguais, eficiente e codificada, ao mesmo tempo que estabelecem barreiras implícitas contra aquilo que é de fora do contexto que se preserva. A análise da aplicação e a evolução dessas formas de expressão podem ajudar a mapear estruturas de poder, hierarquias e interações cotidianas, revelando como a comunicação manifestada pela oralidade é usada para solidificar relações, pactos e solidariedades em grupos específicos e com alto fator de intimidade.

São preciosismos que, quando percebidos com o cuidado devido, se tornam fundamentais e reveladores para a compreensão e contextualização de épocas passadas, especialmente aquelas cujos registros formais são limitados ou tendenciosos. A incorporação e o aprimoramento dessas expressões por grupos distintos, desde jovens a profissões específicas ou subculturas, funcionam como medidores da mudança social e da inovação linguística. Ao analisar a adoção e a dispersão desses termos ao longo do tempo, podemos rastrear a intersecção de grupos, a emergência de novos valores e a maneira como as identidades são negociadas e transmitidas entre gerações. Em suma, essas formas de comunicação não são meros desvios da língua culta; são dados ricos e objetivos que fornecem acesso direto à experiência humana e à organização da sociedade em suas diversas camadas.

Nesta obra de Alcides Volpato, estão expressas nuances do método, da ancestralidade e dos princípios do cuidado. Assim como, sinto a presença de meus familiares mais próximos, imigrantes e descendentes de italianos que, no mesmo tempo e território das histórias deste livro, viveram parte fundamental de suas vidas, onde também fizeram história no trabalho de suas terras no desafio de prosperar diante das incertezas de um tempo incerto, desafiador e de recursos escassos.

Os atores da cena, piás comuns de um cotidiano fragmentado, marginalizados, estigmatizados e – geralmente – esquecidos no tempo e na história, aqui resistem e nas histórias de vidas, cada uma como experiência única – é a memória subterrânea viva que se manifesta. Na vastidão da capacidade humana de se adaptar, o modo peculiar desses piás de se comunicarem entre si lhes deu poder e valor,

e agora visibilidade, lhes possibilitou proteção, intimidade e proximidade, lhes garantiu resistência e sobrevivência perante as inúmeras dificuldades, dissabores, lacunas e faltas afetivas e materiais, algo que a vida dos mais humildes muito experimenta. A Larfiagem como uma forma de resistência implícita, que solidificou a identidade de um coletivo específico e lhe deu pertencimento. Bravo, pois isso é valoroso!

Evandro Luiz Pasa²

Cidade do Porto, Portugal, novembro de 2025.

2 Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) (2001); Especialista em Propaganda e Marketing (2004); Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2022); doutorando do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, bolsista CAPES/PDSE/MEC/UNIVALI.

NOTA DO AUTOR

Esta obra só foi possível graças ao curso de História desenvolvido na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Em uma aula de Antropologia, ministrada pelo professor Dr. Frank Marcon, falávamos sobre o cerceamento (cercamento) das terras inglesas, quando os pequenos produtores foram retirados de suas propriedades rurais, dando origem a um grande latifúndio. Essas pessoas, ao serem expulsas, foram alojadas em aglomerações urbanas e passaram a servir ao mercado industrial, no contexto da chamada Revolução Industrial. Como desejavam se comunicar sem serem compreendidas, criaram um linguajar próprio.

Foi nesse momento que tive um despertar. Conteí ao professor o que vivi em Herval e como pude presenciar parte de algo semelhante. Seus olhos brilharam, e ali começou a nascer a ideia deste livro, que pretende registrar, pelo olhar e pelas lembranças de um historiador, um linguajar que serviu de acalento e segurança para muitos.

Importante destacar ainda que o agronegócio brasileiro tem raízes na cidade de Herval d'Oeste, com o Frigorífico Pagnoncelli, anterior à Sadia, em Concórdia, e à Perdigão, em Videira, além da empresa Matarazzo, em São Paulo. No Frigorífico Pagnoncelli, havia uma linha de trem exclusiva para cargas e descargas de produtos, um registro importante para compreender o impacto da ferrovia na região.

SUMÁRIO

O LINGUAJAR DOS MALEIROS E ENGRAXATES DE HERVAL.....	3
PREFÁCIO.....	7
NOTA DO AUTOR.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
COMO SURTIU A FERROVIA.....	22
O LEGADO DA GUERRA DO CONTESTADO.....	25
O POEMA DE ELIAS ZAMPIRÃO.....	26
FOI ASSIM QUE TUDO COMEÇOU PERCURSO DA HISTÓRIA ORAL NO TEMPO.....	29
A LARFIAGEM.....	32
A HISTÓRIA ORAL NO BRASIL.....	43
A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL NOS MUNICÍPIOS DE HERVAL D'OESTE E JOAÇABA.....	45
HISTÓRIAS QUE DERAM VIDA A UMA NOVA FORMA DE COMUNICAÇÃO.....	65
ELIAS ZAMPIRÃO: A LINGUAGEM DA GÍRIA.....	67
ADÃO LUIZ DE OLIVEIRA.....	71
JOÃO SILVA: O ESTUDANTE QUE VIVENCIOU A REPRESSÃO MILITAR CONTRA OS MARGINALIZADOS.....	72
ARISTEU ZAMPIRÃO.....	75
GETÚLIO GALVÃO – PROFESSOR GETÚLIO NA ESCOLA MELO E ALVIM.....	77

CORINGA – O ADOLESCENTE CARREGADOR DE MALAS PESADAS DE COMERCIANTES DA REGIÃO.....	80
PEPE – ALEGRIA EM RELEMBRAR OS MOMENTOS VIVIDOS	82
PETRY – RELAÇÃO DE DISPUTA E AJUDA ENTRE MALEIROS, ENGRAXATES E TAXISTAS DA ÉPOCA	83
NANCY PETRY – ESPOSA DO TAXISTA PETRY.....	85
BETO – O FILHO DE UM COMERCIANTE.....	86
TUPIRA – UM DOS PRINCIPAIS MENTORES DA FORMA DE COMUNICAÇÃO CRIADA.....	87
THOMAS – ENGRAXATE, DEPOIS BARBEIRO.....	89
AMARAL, POPULAR ADÃOZINHO OU BAIXINHO – DOMÍNIO DO LINGUAJAR.....	90
NICO – O REGISTRO DO LINGUAJAR.....	93
CARLÃO – O FILHO DE FERROVIÁRIO	96
MOACIR – O CONHECEDOR PROFUNDO DO LINGUAJAR.....	98
BOI – MALEIRO, ENGRAXATE E ESTIVADOR DOS VAGÕES DO TREM NA FERROVIÁRIA	100
TINO – UM MENINO SOFREDOR.....	102
RESGATANDO A LÍNGUA CRIADA	105
PARA FINALIZAR.....	119

INTRODUÇÃO

*A cidade não é aquilo que se vê do Mirante do Morro da Cruz
(Adaptação do conto de Rubem Fonseca,
O homem de fevereiro ou março. Rio, Arte-
nova, p. 191-218, 1973)*

Não há biografia ou acontecimento cujo sentido sobreviva fora de um contexto. Na verdade, são muitos os aspectos que compõem um contexto como, por exemplo, as circunstâncias históricas, políticas, filosóficas, antropológicas, sociológicas, linguísticas, econômicas, técnicas, tecnológicas, religiosas, de letramento, das origens étnicas etc. A totalidade de circunstâncias que compõem um determinado contexto se limita apenas ao alcance do observador ou ao seu recorte.

A história do Oeste catarinense é também muito rica em todos esses aspectos e outros mais. Todavia, é feita de grandes conflitos que o ensejaram. Por exemplo, os povos Kaingang, Xokleng e Guarani habitavam a região hoje denominada de Oeste catarinense e, por volta do século XVIII, já enfrentavam o avanço das tropas imperiais a fim de desocuparem suas terras para novas populações de imigrantes.

De certo modo, tratava-se da luta pela sobrevivência das culturas pré-existentes, de um lado, e a “luta civilizatória” e ocupação de terras, de outro lado. Forjou-se um discurso impositivo que pretendia refundar a civilização e seus privilégios, os selvagens que seriam “amansados” e os bárbaros que não se renderiam e seriam exterminados.

[...] o discurso entre barbárie e civilização se reforçou. Aos índios aldeados convinha o trabalho compulsório e, na condição de tutelados exercida pelos diretores de aldeamentos, tinham

a garantia das terras das aldeias, ademais, o projeto pombalino baseado na proposta assimilacionista dos índios passou a transformar as terras das aldeias em vilas e freguesias. Aos índios “selvagens”, “bravios” e “hostis” cabia primeiro atrair e aldear, civilizar e assimilar, ou, por conseguinte, a guerra justa, ponto um tanto quanto controverso na legislação do Brasil colonial, mas que foi reforçado no século XIX com a Carta Régia de D. João VI de 1809 (Almeida, 2015, p. 116).

O território Kaingang que, inicialmente, compreendia regiões dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, torna-se parte do trajeto dos tropeiros, oriundos das fazendas de criação, que vinham do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo e frequentemente foi palco de conflitos: “Kaingang arredios a essa invasão refugiaram-se no sertão dos rios Chapecó, Chapecozinho e Irani, assim como nas serras e nas matas marginais do rio Uruguai” (Rocha *et al.*, 2013).

É certo que o ritmo do extermínio sofreu reveses temporários, como no caso do povo Kaingang que impôs forte resistência pelos Campos de Guarapuava (atual Paraná), Palmas (atual Oeste catarinense) e Nonoai (Rio Grande do Sul),

Várias expedições foram empreendidas, porém, não se efetivou no século XVIII o intento devido à resistência Kaingang. Conforme o historiador Lúcio T. Mota informa, novas tentativas ressurgiram em 1809 e 1810 e aos poucos se consolidou a conquista dos campos (Almeida, 2015, p. 117).

Ao longo do século XX, desde o decreto assinado em 1902 pelo então governador do Paraná, José Carneiro de Lacerda, que reconheceu como território indígena parte das terras originais, atendendo a uma política de confinamento, passando por períodos críticos da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, pelo conflito do Contestado e por diversos conflitos demarcatórios e de expropriação, esses três grupos originários seguem em suas lutas por visibilidade e sobrevivência.

Esse conjunto de circunstâncias constitui o contexto que nos traz aos dias de hoje o resultado contabilizado por Bessa (2020), em seu levantamento **Índigenas que vivem em Santa Catarina**,

o qual aponta a existência de aproximadamente 12.580 indígenas, constituídos em 3.019 famílias, organizados em 57 aldeias, ocupando 28 terras indígenas.

Mais adiante, a Lei de Terras (1850) inaugura uma nova página no conflito fundiário, em que os posseiros mais pobres, que viviam há muito na região sofreram embates com posseiros oriundos do Paraná, a presença de companhias particulares e o processo de construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, pela Brazil Railway Company, e a complexidade de seu funcionamento, configuram os contextos sociais e políticos.

O levante dos posseiros contra os colonos e a colonização expressa noções de direito à terra conflitantes, o que não significa que os posseiros fossem contrários à modernização colocada em prática pelo Estado, que tornaria hegemônica a propriedade moderna. A disputa pelas terras era também disputa por diferentes noções de propriedade no processo de apropriação privada da terra. Antes, as ações dos posseiros devem ser entendidas como resistência à sua exclusão no processo de modernização (Dallanora; Darossi; Poyer, 2021, p. 430).

A presença do negro escravizado em Santa Catarina se deu tal qual no território como um todo, obedecendo clara proporção em relação às atividades econômicas reduzidas se comparadas com outras regiões do Brasil. Registra-se a ocorrência de fatos incomuns como as chamadas invernadas, a doação de terras, animais e escravos para negros alforriados, com destaque para as invernadas de São João dos Pobres, em região hoje correspondente ao município de São João da Vitória, e a invernada de Campos Novos, local do município de mesmo nome (Thomé, 2009). Eventos complexos também para seus herdeiros e tratados pelo Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER), sediado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em destaque por Raquel Mombelli que publicou um relatório, em 2001, denominado “Invernada dos Negros: herança e expropriação da terra no Meio Oeste Catarinense”, estudo sobre a luta dos herdeiros pela permanência em suas terras (Mombelli, 2001).

Outra presença marcante dos negros no Meio-Oeste catarinense se deu no período da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, pela Brazil Railway Company. Thomé (2009, p. 5) relata que “entre

1908 e 1910 ocorreu uma corrente imigratória de negros, mamelucos e mulatos para a região do Contestado, que vieram da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo como trabalhadores contratados” e nem todos retornaram às suas regiões, quando dispensados ao final da construção da ferrovia.

A complexidade dos fatos e eventos acima citados é de tal ordem que nos cabe aqui apenas elencar alguns aspectos dos contextos que antecederam a vida daqueles que criaram a Larfiagem.

O fenômeno linguístico da Larfiagem é um exemplo das condições culturais e socioeconômicas da população de Herval d’Oeste, a partir da segunda metade do século XX.

A Larfiagem compõe um fenômeno da linguagem oral que pode ser traduzido por argot ou gíria que, segundo o professor Gilvan Muller de Oliveira,

Um *argot*, como a larfiagem, é um código inventado localmente, de maneira oral, e que não é transmitido de uma geração para outra. Geralmente é usado para esconder o que os falantes pretendem comunicar. Há relatos de construção de *argot* no antigo presídio de Carandiru e em campos de concentração na 2ª guerra mundial (Oliveira, 2018 *apud* De Toni, 2018).

Segundo De Toni (2018), “um grupo de 15 meninos, de 8 a 12 anos, em sua maioria negros, inventou uma maneira própria de se comunicar: a larfiagem”.

Se considerarmos os contextos do surgimento de outras gírias, como as mencionadas pelo professor Oliveira, podemos inferir que o contexto que abriga o surgimento da Larfiagem é caracterizado por diversos aspectos como a ferrovia e sua importância na circulação de pessoas, mercadorias e valores; o ambiente da estação ferroviária propriamente dito; o fato de serem crianças que trabalhavam em atividades informais; o fato de, em sua maioria, serem crianças negras; o fato de que essas crianças eram pobres, negras ou brancas; o fato de que ficavam à mercê dos olhares compreensivos e afetuosos de alguns e dos olhares maliciosos e potencialmente violentos de outros; a baixa ou nenhuma escolaridade; a repressão eventual das autoridades e forças policiais etc.

Percebemos que a vida de muitos era difícil e difícilíssima era vida de outros. Algumas perguntas restam não respondidas. Por exemplo, quantas das famílias dessas crianças, essas 12 e tantas mais, tinham origem nas atividades extrativistas dos ervateiros ou tarefeiros que, segundo Renk (1991), se autodenominavam como brasileiros e eram estigmatizadas como caboclos, pelos colonos de origem exatamente pelo extrativismo e a condição sazonal das tarefas serem desprestigiadas? Quantas das famílias dessas crianças tinham origem em colônias cuja atividade econômica, por diversas razões, não prosperou e se viram diante da perda de suas terras e obrigadas a migrar para a vida urbana, sem qualquer qualificação? Quantas das famílias dessas crianças trabalharam em condições precárias em propriedades de colonos que prosperaram? Quantas das famílias dessas crianças dependeram do difícil e árduo trabalho na manutenção e ampliação das ferrovias (Dimbarre, 2024)?

Como podemos observar, há muitas circunstâncias que constituíram as bases pelas quais se justifica a presença de crianças em atividades de subsistência.

Podemos inferir que carregam consigo um misto de forte desejo de sobrevivência e adaptação e uma criativa forma de resistência às normas e aos padrões morais e legais, às quais nem sempre poderiam ou queriam atender.

À medida que muitas dessas crianças e jovens eram obrigadas a se submeter a trabalhos braçais e desqualificados, resistiam, a um certo grau, quando desenvolveram um modo de comunicação que guardava uma dose de poder do grupo, pois somente aos seus membros era dado o direito de decifrar suas regras de condutas, em suas formas de proteger alguns interesses sobre como, quando, onde e por quanto realizar um serviço.

Nesse sentido, a Larfiagem se constitui em uma criativa e inteligente forma de resistência às inúmeras dificuldades e faltas que a vida dos mais humildes tinha desenhado. Cabe saber um pouco mais sobre a origem desse e outros grupos sociais que caracterizavam a vida cotidiana de Herval d'Oeste.

Figura 2 – Máquina de restauração dos trilhos da rede ferroviária



Fonte: @portaldemarcelino

Muitos jovens, de famílias humildes, com pouca ou nenhuma estrutura familiar, educacional ou acadêmica, viviam nas ruas. Alguns buscavam formas de sobrevivência e conseguiam, ao mesmo tempo, contribuir com a renda familiar.

Naquele tempo, engraxar sapatos gerava algum recurso, carregar malas também, assim como vender alimentos nos vagões dos trens, tanto para sustento próprio quanto para ajudar a família. Havia, ainda, em certos casos, um pouco de malandragem, pequenos furtos ou desobediência aos costumes. Era o que se tinha para a época: sobreviver e, dentro disso, se divertir.

Foram produzidas muitas cópias e traduções de músicas, versos, impressos e até sambas, da época, em forma de poemas, que os meninos cantavam na “gíria” ou “larfiagem”, como era chamada.

É preciso compreender que, naquele tempo, o movimento de pessoas e viajantes se concentrava em um dos poucos meios de transporte disponíveis para todo o Oeste catarinense e o Planalto: o trem. A estação ferroviária de Herval d’Oeste era a única da região e também a mais central. O transporte rodoviário ainda era bastante precário. Os trens – Direto, Misto, de Carga e até Internacional – passavam pela ferrovia e pela estação de Herval d’Oeste.

Importante destacar que grande parte das mercadorias que abasteciam o Planalto e Oeste catarinense chegava por essa estação ferroviária. Pessoas oriundas de várias regiões precisavam desses serviços, seja dos maleiros, para carregar suas malas, ou mesmo dos engraxates, para dar um “tapa nos calçados”. Assim, a atividade ganhou espaço, junto à venda de gibis, frutas, paçoquinhas e outros produtos.

Não se pode esquecer que, na época, Herval d’Oeste abrigava o Frigorífico Pagnoncelli, um dos três maiores do Brasil, ao lado da Sadia e da Perdigão. Muitas pessoas viajavam de todas as partes do país para realizarem negócios nesse segmento, tornando-se clientes dos maleiros e engraxates.

O setor madeireiro também era muito forte, embarcando vagões e mais vagões de madeira para o Brasil e o exterior.

E onde foram parar os “piás”? “Piás” era o termo utilizado para se referir aos meninos. Depois da era do trem, muitos passaram a trabalhar no Frigorífico Pagnoncelli, nas madeiras da cidade e região, como a de Altivo Ramos e da família Remor, além de outras atividades, como pedreiros, carpinteiros e pintores.

COMO SURTIU A FERROVIA

Mapa 1 – Estrada de Ferro Porto Alegre-São Paulo



Fonte: escolaeducacao.com.br.

Para quem não conhece a história da Estrada de Ferro, nos meados de 1900, havia uma disputa de territórios entre Paraná e Santa Catarina, posteriormente resolvida por um acordo firmado entre o então Presidente da República, Venceslau Brás, e os governos dos dois estados. Por esse motivo, o episódio ficou conhecido como “Contestado”.

Figura 3 – Panorama geral da Guerra do Contestado (1912-1916)



Fonte: memoriapolitica.alesc.sc.gov.br.

Entre os anos de 1912 e 1916, teve início a construção da ferrovia PR/SC e, junto com ela, a Guerra do Contestado. O conflito foi provocado justamente pela construção da estrada de ferro, quando o governo contratou a empresa do magnata americano Percival Farquhar para a obra. Como parte do pagamento, a companhia recebeu autorização para explorar toda a vegetação em um raio de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia.

Essa concessão resultou em devastação ambiental com a exploração de madeira, expulsão dos caboclos e indígenas de suas terras, além de massacres. Jagunços eram pagos por orelhas trazidas dos mortos. Após a passagem de vários líderes messiânicos, surgiu Deodato, considerado o último dos Messias, que acabou assassinado pelas tropas militares.

Um destaque, o suicídio de Alberto Santos Dumont em 23 de Julho de 1932 quando viu sua invenção ser usada para metralhar movimentos constitucionistas, pois foram utilizados pela primeira vez aviões para identificar onde se encontravam os caboclos (Portal São Francisco, 2025).

Santos Dumont estava hospedado no Hotel La Plage, que era o melhor do Guarujá. De lá, recebera a comunicação aflita. Não havia tempo a perder. Dirigi-me para o hotel, onde fui encontrar Edu Chaves e um sobrinho do inventor, muito preocupados. Contaram-me que Santos Dumont, nos últimos dias, ficara muito impressionado com o lançamento de bombas por parte de aviões do Governo Ditatorial. Culpava-se pelo seu invento, que devia aproximar os homens e não contribuir para maior matança. Penitenciava-se pelo mau uso que faziam da aviação. Já sofrera uma crise muito grave (Marques, 2025).

O LEGADO DA GUERRA DO CONTESTADO

Os impactos da Guerra do Contestado se estenderam por décadas. Nos anos 1970, surgiu o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), justamente nessas regiões, por conta de que esses caboclos permaneceram perambulando e sem as terras que tinham, após o conflito. Hoje, o MST é considerado o maior movimento de assentamento do mundo.

Por que destacar esses momentos históricos nesta obra? A Guerra do Contestado, provocada pela construção da Ferrovia PR/SC, foi o conflito interno com o maior número de mortes no Brasil. No entanto, as escolas pouco tratam do tema, reflexo de um país onde as verdades históricas muitas vezes são omitidas, em nome da preservação de regimes autoritários.

O POEMA DE ELIAS ZAMPIRÃO

Após o advento do trem, Elias Zampirão, memorialista de Herval, produziu o poema “De Chegadas e Partidas”, que Adãozinho Amaral traduziu para o linguajar.

De Chegadas e Partidas

De Erechadas e Tiarpidas

Tava eu descansando no banco da praça da estação
quando do meu lado uma voz:
– Senhor, era ali que passava o trem?

Sim, como era lindo,
ver a chegada do trem.
Sim, trazia lindas chinocas
e o vendedor de paçocas
e muitos tauras, também...
Tauras com trajes finos,
ternos de puro linho,
gabardina e chapéu panamá...
As chinocas, vestiam

*Sirne, morquio era lirindio,
reves a erechada do Renthie.
sirne trarinsia lirindias chicroilas
e o diemvedor de pacróças
e thiumas rautias tarenme...
Rautias ronques trarindios nirfios,
nertios de rupio linircio,
ebanirdia e charéupe narpiana...
As chicroilas diēsfiām*

lindos vestidos de chita,
na cabeça chapéu e fita
e ternura no olhar...
Tudo era festa na chegada
Abraços e gargalhadas
E muitos causos pra se contar
Tinha serviço para a gurizada
Para os engraxates e maleiros
Fretes para os carroceiros,
Era alegria dos vendedores de mimosas
Partia pros grandes centros
Latas e latas de banha
Ia até pipas de canha
Embarcado por mãos habilidosas.
A fumaça dos dormentes
que queimava sem ter presa
pela brasa dispersa
que a “maria fumaça”
soltava pelo caminho.
Mas tudo ficou no esquecimento,
qual algum acontecimento
e tantos relatos sem graça...

*Acarbios e galbargadas
Tiimos zarquios pra tioncar
Rentiava sercirvio rapia a ruguizada
Rapia engratiarxes e larmieiros
Tierfes rapia os raquioceiros,
Era aleriguia dos dievendedores de zirmiósas
Paritia pros diangues cerintios
Tiailas e tiailas de rambia
Ia areche pirimpias de narquias
Embarcados por raumes habilirodias.
A murfiaca dos dortiemes
reque meiquiava rense serpia
lerpia sarbio discerpia
reque a ramia murfiaca
tiorçava lerpio canirmio.
Raisme rutio criftou no esquecinermio,
luar que arungue ationquecitermio
e tarintios relarintios rence erarincia...
Dos lirtios suringue o astiarfo,
timpio-se urco norinfio quarindio
crotiou o zerpiado rorádio
lerpo nerpieu de chorbara.*

Dos trilhos surgiu o asfalto,
Pintou-se um novo quadro
trocou o pesado rodado
pelo pneu de borracha.
Um novo rumo para a história
pra quem viveu estas “eras”,
as estações viraram taperas
ocupando espaço na memória.
É a saudade que não se mata,
pois não se mata o passado
quem não conheceu, desconhece
as lembranças que aparece
quando se olha para o lado...
Algum dia alguém vai perguntar,
por certo, alguma criança
que na inocente infância,
não “terás” um trem para recordar.
“Senhor, era aqui que passava o TREM?”

*linrindios tesvidos de chirintia,
na branquela charéupe e turfia
e nertiura no olbar...
Rutio era tiesfa na grechada
Urco vroilo rurimio rapia a hisrotia
rapia remque vireuve cerdas eporinquias,
as estaronces riviamam tacepas
otiurpando esarpio na meromia.
É a saraudie reque rone rece tiasma,
rospe rone rece tiarma o sarpiado
renque rone norquereuce desnorquiece
as lensambrias reque arrenpiece
tiango rece olha rapia o tiailo...
Arrongue ridia arengue raives petiungar,
rope tierco alurguia ricriança
reque na inorence inarfia,
rone “rentias” urco rentie rapia retiorgar.
“Nercior era acriudes reque zarpiava o rentie.”*

FOI ASSIM QUE TUDO COMEÇOU PERCURSO DA HISTÓRIA ORAL NO TEMPO



Em meio à Revolução Industrial, a partir do século XVI, surgiu a necessidade de mão de obra barata para abastecer as indústrias. O Império Britânico atendeu a essa demanda com a Lei do Cerceamento (*Enclosure Acts*). A privatização das terras de uso comum dos camponeses, por meio do cerceamento realizado pelos poderosos senhores locais (Império Britânico), transformou a paisagem rural inglesa, caracterizada pelo *openfield*. O *openfield* – campo aberto, sem vedação – deu lugar ao campo fechado.

Esses camponeses, que sobreviviam da extração de madeira, da caça e da criação de ovelhas, foram expulsos e abandonados. Muitos foram alojados precariamente nas cidades-campo envolvidas: Bristol, Birmingham, Manchester, Liverpool, Londres e Glasgow. Justamente nessas cidades, estabeleceram-se as grandes fábricas, que careciam de mão de obra barata. Ocorreu, assim, a formação da classe operária na Grã-Bretanha.

Nessas novas áreas cercadas, desenvolveram-se novas técnicas de plantio, como a rotação de culturas, o uso de adubos e o emprego de maquinários. Também se destacaram os grandes criadores de ovelhas, batatas e beterrabas. Foram geradas novas espécies vegetais e cruzamento de animais, o que garantiu alimentação para as populações que habitavam as cidades.

Ao mesmo tempo, surgia um linguajar próprio dos camponeses excluídos, que, estabelecidos com suas famílias de forma muito precária nas periferias das cidades, encontraram nesse código uma forma de se comunicar. Era um modo de expressar suas críticas ao Império e aos patrões, sem que outros compreendessem o conteúdo das conversas. Esse linguajar refletia a dor da exclusão, o sofrimento e a falta de esperança. Ainda, sobravam a eles servir de mão de obra barata. O paraíso que antes possuíam em suas terras, na produção e na história, transformou-se em tristeza e humilhação.

Esse episódio histórico da Inglaterra, iniciado no século XVI, guarda semelhança com o que aconteceria muitos anos mais tarde no Meio-Oeste de Santa Catarina, e que se tornou a motivação desta obra. Herval d'Oeste e Joaçaba são dois municípios que pertencem ao Vale do Rio do Peixe, no Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina. São duas cidades divididas apenas por um rio, o Rio do Peixe. Tanto uma quanto a outra, já possuem uma longa história de desenvolvimento e de histórias de vidas. É nelas que ocorreu o que será aqui relatado, a criação de um linguajar único.

A LARFIAGEM

Herval d'Oeste, fundada em 1910, parecia isolada do mundo. Os trilhos enferrujados à beira do Rio do Peixe já não carregam viajantes e mercadorias, mas a antiga estação de trem, primeira construção local, chegou a atender três linhas, incluindo a São Paulo-Rio Grande.

A história seguiu muito parecida a de outros entroncamentos ferroviários, até que, nos anos de 1950, um grupo de cerca de 15 meninos, com idade entre 8 e 12 anos, em sua maioria negros, inventou uma maneira própria de comunicação: a larfiagem (ou “fala”/“falagem”). Esses garotos, que faziam “bicos” como maleiros e/ou engraxates, chamavam a atenção dos viajantes com um idioma próprio que nunca saiu de Herval, mas viajou no tempo e ainda tenta sobreviver.

Mirco raives conratie a birlóstia.

Eu vou contar a história.

João Maria de José, conhecido como o “Corvo”, foi quem surgiu com a tal larfiagem. Era um pouco mais velho e experiente que os outros meninos, com vocação para a malandragem, propagou a ideia de uma nova língua entre os meninos até que se transformou em uma prática séria. Quando um trem estava para chegar, o ferroviário tocava a sineta duas vezes, e os meninos se preparavam para correr. Eles pulavam na “maria-fumaça” em movimento e começavam a oferecer serviços: engraxar sapatos, carregar malas e reservar lugares para passageiros em troca de alguns trocados.

Segundo Adão Luiz de Oliveira (o Arôndio, na lárfia), hoje com 64 anos, “A gente engraxava sapato, carregava mala e reservava lugar para os passageiros que dessem um troco”.

Tecnicamente, a larfiagem não é considerada um idioma, mas um argot: um código oral, inventado localmente e que não se transmite de geração em geração.

Geralmente, é usado para esconder mensagens dos que estão de fora. O professor Gilvan Muller de Oliveira, do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da UFSC, compara a larfiagem a outros argots criados em ambientes de exclusão, como no antigo presídio do Carandiru e até em campos de concentração na Segunda Guerra Mundial.

Com o resgate da larfiagem e a criação de dicionários com o vocabulário da língua, ela passou a ser reconhecida também como um criptoletto: um argot com elementos escritos e não apenas orais. Esse termo é utilizado pelo pesquisador Dennis Radünz no encarte do documentário *Larfiagem*, dirigido por Gabi Bresola. A hervalense realizou um longo trabalho de pesquisa iniciado em 2013, que culminou com a primeira exibição pública do filme em março de 2017.

A diretora relata:

Estudei a vida toda na periferia da cidade e quando fui fazer o Ensino Médio no centro, em 2005, comecei a conviver com adolescentes que larfiavam. Eu perguntava o que eles estavam falando e é óbvio que não iriam me dizer. Foi assim que me interessei pela larfiagem. É engraçado que, mais de 50 anos depois do surgimento da língua, ela ainda seja usada para falar sem que os outros entendam. Vejo a larfiagem como uma possibilidade de percebermos a nossa cultura. Retratar essa narrativa marginal, que não vai aparecer nos livros de história, é importante.

O termo “larfiagem” ganhou reconhecimento cultural em Herval d’Oeste ao ser declarado Patrimônio Imaterial da Cultura do Município, conforme o Decreto n. 3.979/2019:

DECRETO N. 3979/2019.

DECLARA O TERMO 'LARFIAGEM' PATRIMÔNIO IMATERIAL NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito em Exercício de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei n. 8.666/1993 com suas alterações.

Com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (Contestado), muitos se estabeleceram para oferecer sua força de trabalho em busca de um novo começo. Conta a história, que o primeiro trem chegou à cidade vindo do Norte, em 1906, conduzido pelo engenheiro Marcelino Ramos. A estação de Herval foi inaugurada em 1910, dando origem à vila que cresceu em torno dela.

Do outro lado do Rio do Peixe, margeado pela linha férrea, formou-se outra cidade, originalmente chamada de Rio do Peixe. Em 1917, com a assinatura do tratado que pôs fim à Guerra do Contestado, tornou-se a sede de um município à margem direita (Oeste) do rio, com o nome de Limeira. Mais tarde, o nome foi alterado sucessivamente: Cruzeiro do Sul, depois Cruzeiro e, finalmente, em 1943, Joaçaba.

Assim, Joaçaba e Herval tornaram-se cidades gêmeas, separadas apenas pelo rio. A estação atendia às duas localidades. Entre 1943 e 1953, Herval, que era um distrito do município de Caçador, tornou-se distrito de Joaçaba e, nesse período, a própria estação recebeu o nome de Estação Joaçaba.

Foi nesse espaço, com o constante ir e vir de passageiros, que surgiram os meninos engraxates e os meninos maleiros e, com eles, uma nova forma de comunicação.

O site Estações e Ferrovias do Brasil³, disponibiliza belas imagens históricas da estação férrea de Herval d'Oeste, reforçando seu valor cultural e patrimonial.

³ Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/herval.htm>.

Figura 4 – Cidades de Joaçaba (à direita) e Herval d'Oeste (à esquerda) separadas pelo Rio do Peixe



Fonte: Site Joaçaba/Herval.

Figura 5 – Estação de Herval e locomotiva



Fonte: Turismo Herval D'Oeste.

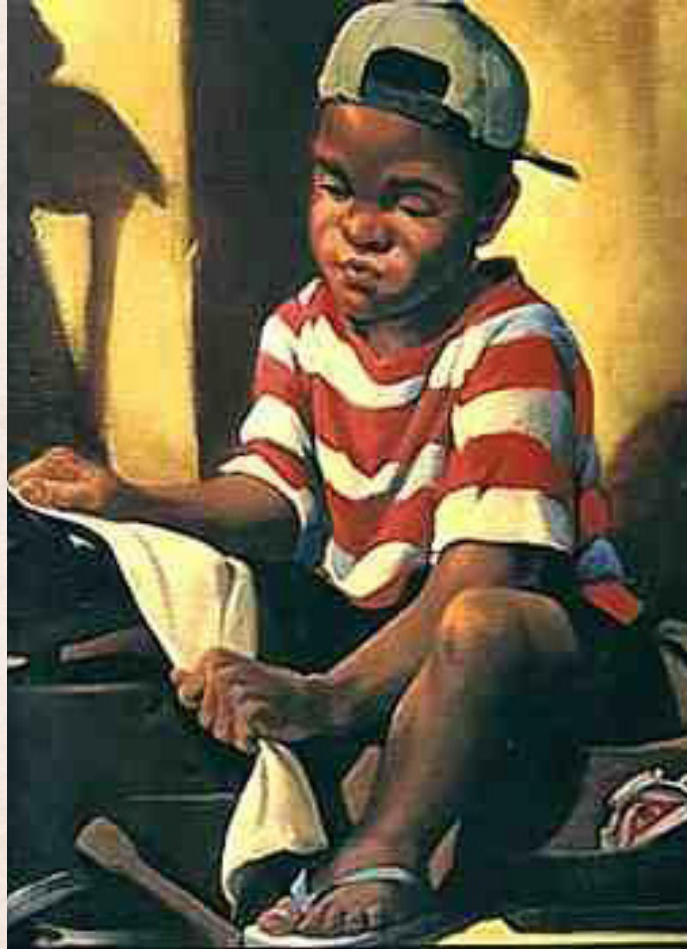
Ao retornarmos às décadas de 1950, 1960 e 1970, em ambos os municípios, percebemos o nascimento de um estilo de comunicação singular. Foram responsáveis por esse novo estilo os maleiros e engraxates, como eram conhecidos: garotos que prestavam serviços na rodoferroviária de Herval d'Oeste.

Essa forma de comunicação surgiu como característica própria de um pequeno grupo de meninos. Suas relações se organizavam de maneira a legitimar os meios pelos quais garantiam a sobrevivência: engraxando sapatos e transportando malas. Foi por meio da História Oral que se abriu um caminho capaz de trazer ao nosso conhecimento essa linguagem, restrita em sua origem a um determinado grupo.

A História Oral é um instituto válido para o resgate histórico de uma realidade carregada de códigos e símbolos particulares, de grande valor a todos os agentes envolvidos. Ainda hoje, muitos se lembram e falam frequentemente de seus estilos peculiares de comunicação.

A História Oral compreende o registro de histórias de vida, considerando que a história de vida de qualquer pessoa é uma experiência única. É a memória viva dos maleiros e engraxates de Herval d'Oeste e Joaçaba. Cabe-nos, então, a partir deste momento, discutir com você, leitor, a importância dessa História Oral para o resgate de um linguajar típico e exclusivo, criado no meio de engraxates e maleiros na Estação Ferroviária de Herval d'Oeste nas décadas em questão.

Figura 6 – O engraxate



Fonte: A Gaveta (2013).

Rubem Braga percebeu a poesia existente na atividade do engraxate e, por isso, nada melhor do que poesia para homenageá-la:

O ANJO ENGRAXATE

(Braga, 1964, p. 71-73).

Como soubeste, ó anjo da rua,
que tenho os pés de crocodilo?
Como soubeste, ó anjo da rua,
que o meu sapato já foi lacustre?
e que preciso hoje ficar ilustre?
Como soubeste, ó anjo da rua,
que eu quero ter (pra que ninguém,
hoje, me eclipse) os pés de barro
resplandecentes como os dos anjos
do Apocalipse?

Pequei com alma, pequei com o pensamento,
pequei com o corpo. só não pequei com os pés.

Vivo de pés no chão e cabeça no céu.

(No céu ou na lua?)

Ainda agora senti certo gosto de céu
como se houvesse beijado uma santa, na rua.
Tenho os pés inocentes mas em minha cabeça
moram os meus pecados azuis e dourados.

Nem há mal algum em ter pés inocentes.

Pois Cristo não lavou os pés aos seus apóstolos?

Vivo de pés no chão e cabeça no céu.

Mas não é o meu chapéu que ponho atrás da porta
na noite de maior inocência.

São os meus sapatos

Figura 7 – Inauguração da pracinha de Herval d'Oeste defronte à estação ferroviária



Fonte: Acervo Família Zampirão.

Para Meihy (1996), a moderna História Oral tem um passado muito remoto. Poderíamos dizer que a História Oral é tão antiga quanto a própria História, pois toda a História passa a ser escrita e devidamente relatada depois de ter circulado anteriormente pela oralidade. A História Oral foi, portanto, a primeira forma de História. No entanto, foi na Universidade de Colúmbia, em Nova York, que nasceu, em 1947, a moderna História Oral, a partir da organização sistemática e diferenciada de um arquivo, realizada por Allan Nevins, que oficializou o termo e o consolidou como indicativo de uma nova postura frente às entrevistas.

Joutard (*apud* Ferreira; Amado, 1996) afirma que, ao longo do tempo, a História Oral foi utilizada por muitos historiadores na elaboração de seus projetos. A partir da década de 1950, essa prática foi retomada com o intuito de criar instrumentos para o trabalho dos futuros historiadores.

Trebisch (*apud* Ferreira, 1994) enfatiza que o *boom* da História Oral ocorreu, grosso modo, nos anos de 1960, enquanto sua pretensão de se constituir em uma “outra História” surgiu no contexto dos movimentos de contestação radical das décadas de 1960 e 1970.

A História Oral ganhou nova força, sobretudo a partir da década de 1960, com o aparecimento dos gravadores cassete, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá, e com o trabalho de Paul Thompson, na Inglaterra. Sobre esse aspecto, Thompson (1992) observa que a valorização da História Oral se deu após a Segunda Guerra Mundial, quando diversos grupos e classes sociais conquistaram o direito de terem sua história registrada. Por meio dela, foi possível devolver ao povo sua contribuição na formação da História e, assim, democratizá-la.

A utilização da História Oral possibilitou a conquista de espaços que favoreceram a reflexão sobre o presente e o passado, além de complementar dados documentais já existentes. Ela também permitiu o resgate da vida cotidiana mantida na memória.

Assim, para Thompson (1992), a História Oral constitui-se na reunião da evidência oral e da reminiscência presentes na cultura e na própria história de um povo.

A História Oral, desse modo, constitui-se como uma construção em torno de pessoas que podem ser líderes de seus grupos ou classes, mas também de indivíduos desconhecidos da maioria.

Ferreira e Amado (1996) relatam que foi na década de 1970 que a História Oral floresceu de maneira mais sistematizada, com a realização de encontros internacionais a partir de 1975.

Figura 8 – História Oral



Fonte: Citaliarestauro (2019).

A HISTÓRIA ORAL NO BRASIL

No Brasil, a História Oral foi introduzida nos anos de 1970, com a criação, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), de um programa voltado à coleta de depoimentos de líderes políticos que atuaram a partir da década de 1920. Assim, o caminho da construção da História Oral no país inicia-se com as experiências acumuladas pela FGV.

No entanto, relatam as autoras, foi somente a partir dos anos de 1990 que a História Oral passou a ter maior dimensão no Brasil. Isso ocorreu graças à realização de inúmeros seminários e cursos que discutiam a temática, além de intercâmbios com pesquisadores do exterior. Um marco desse período foi a constituição da Associação Brasileira de História Oral, que passou a congrega pesquisadores especializados nesse campo.

Ferreira (1994) observa que as primeiras experiências sistemáticas no campo da História Oral no Brasil tiveram início em 1975. Embora tenha havido expansão entre professores e estudantes universitários, esse movimento não resultou, naquele momento, em um debate metodológico consistente. Foi somente a partir da década de 1990 que a História Oral alcançou maior reconhecimento e se institucionalizou no país.

Essa trajetória, no Brasil, não difere muito do caminho percorrido pela História Oral em outros países: sempre foi um caminho difícil, marcado por vários obstáculos a serem superados, como, por exemplo, a acolhida entre os pesquisadores e a comunidade acadêmica, que, muitas vezes, mostraram-se desfavoráveis a essa abordagem. Sobre esse aspecto, Meihy (1996, p. 23) comenta:

Entre nós a História Oral tardou muito a se desenvolver em função de dois fatores primordiais: a falta de tradições institucionais não acadêmicas que se empenhassem em desenvolver projetos registradores das histórias locais e a ausência de vínculos universitários com os localismos e a cultura popular. Além disso, os compromissos internos a cada disciplina universitária, como a sociologia e a antropologia, ficaram marcados muito fortemente, impossibilitando o diálogo entre os campos que tratavam de depoimentos, testemunhos e entrevistas. Quando a História Oral, recentemente, despontou como opção no Brasil, mostrou-se suscetível de ser filtrada pela universidade e nela apenas quando as fronteiras disciplinares perderam seus exclusivismos, já sob a luz do debate multidisciplinar, é que se iniciaram discussões sobre o avanço da História Oral.

Dessa forma, a História Oral no Brasil percorreu um caminho marcado por desafios, resistências e, ao mesmo tempo, conquistas. Hoje, já consolidada como campo de pesquisa, ela representa não apenas um método, mas também uma oportunidade de dar voz a sujeitos e comunidades que, por muito tempo, ficaram à margem da história oficial. É, nesse sentido, que seu papel se torna fundamental: resgatar memórias, democratizar narrativas e preservar a riqueza cultural e social que compõe a identidade de nosso povo.

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL NOS MUNICÍPIOS DE HERVAL D'OESTE E JOAÇABA

Em meados da década de 1960, quando migrei com minha família da comunidade de Barra Verde, em Herval d'Oeste, passamos a morar próximo ao Frigorífico Pagnoncelli. Apesar de todas as dificuldades, estudando à tarde na Escola Melo e Alvim, pela manhã, engraxava sapatos na antiga rodoviária de Herval.

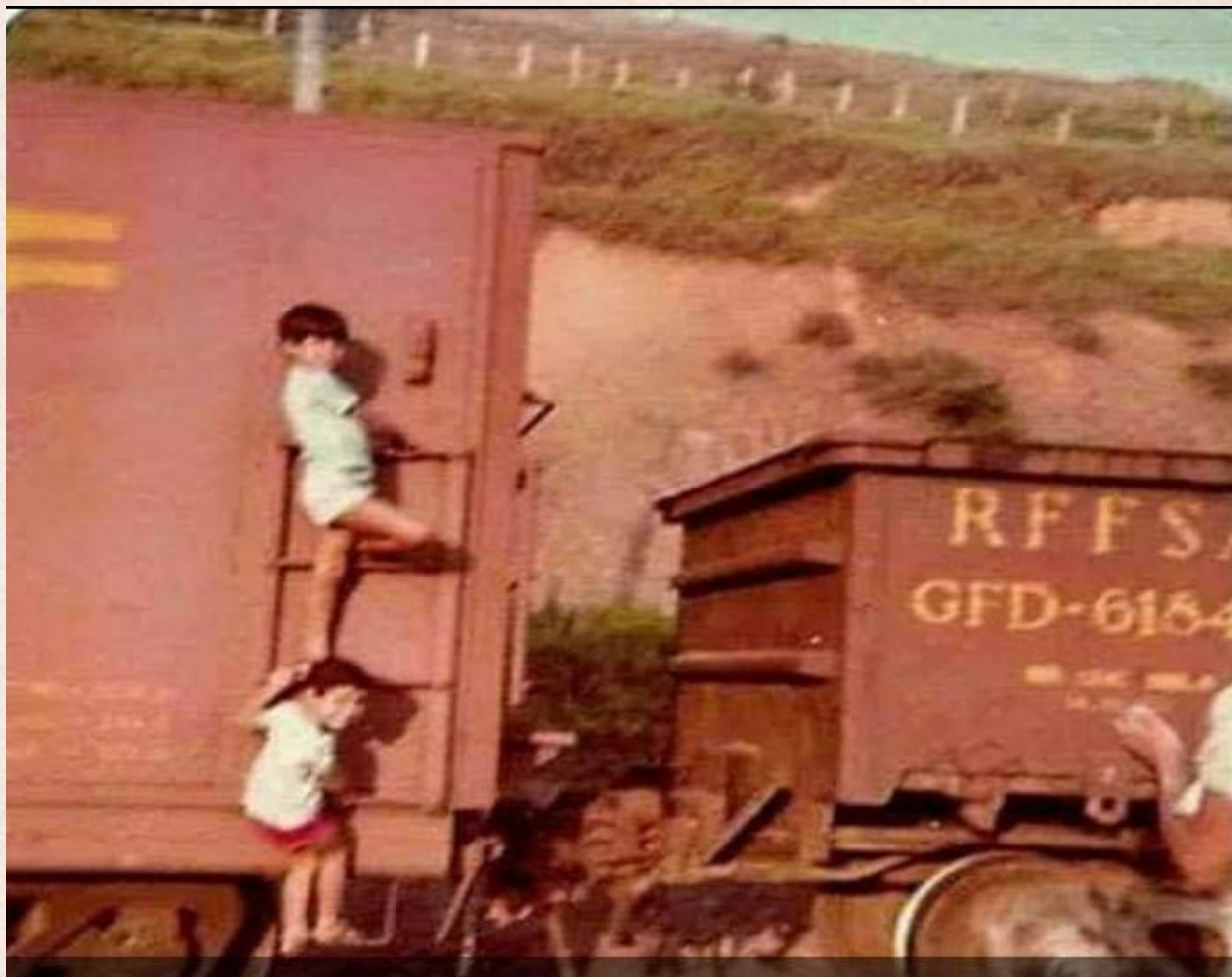
Meu ponto ficava no bar do Senhor Filipin, ao lado de uma barbearia. Nossa casa ficava em uma servidão bem próxima à linha ferroviária. Eu me dedicava a engraxar sapatos até próximo das 10h da manhã. Depois, passava pelas casas onde recebia um bilhete acompanhado de uma bolsa: dentro dela, continha as anotações do que o açougueiro da Pagnoncelli deveria pesar e cobrar, sempre registrando o nome da senhora e o troco correspondente. Esse serviço era realizado todos os dias.

Como pagamento, recebia o espinhaço suíno do açougueiro e ganhava uma gorjeta das senhoras. Com esse dinheiro, passava na loja do Senhor Dionísio Dallóglgio e comprava o que fosse prioridade para nossa família. Eu tinha apenas nove anos.

No convívio com os colegas engraxates, comecei a aprender a “gíria” que, hoje, cientificamente trato do “Linguajar dos Maleiros e Engraxates de Herval”.

A década de 1950, na cidade de Herval d'Oeste, representou um período histórico de grande significado para a criação de um linguajar próprio dos maleiros e engraxates.

Figura 9 – Crianças brincando nos vagões



Fonte: Aristeu Zampirão.

Resgatar tal linguajar, passadas algumas décadas, somente se tornou possível por meio da técnica da tradição oral, considerando que a história escrita desse estilo próprio de comunicação ainda não havia sido elaborada. Foi com meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de História, na Unoesc, que esse registro passou a ser oficialmente escrito pela primeira vez.

As sociedades que antecedem à escrita foram denominadas sociedades tradicionais ou ágrafas, pois o conhecimento era transmitido de geração em geração por meio da tradição. O saber e o fazer eram perpetuados pela escuta, observação, mitação, repetição e reiteração.

Por meio de entrevistas, resgatamos a dimensão da retransmissão de códigos e valores: filhos e netos de ex-maleiros e engraxates ainda preservam algum conhecimento do linguajar próprio utilizado por eles, mesmo depois de algumas décadas.

A noção de tempo, nesse contexto, está mais ligada à ideia de ciclos que se repetem do que à de acontecimentos que se sucedem linearmente. Toda história depende, basicamente, de sua finalidade. Por isso, no passado, ela se transmitia de uma geração a outra pela tradição oral e pela crônica escrita. Foi assim que se constituiu a trajetória inicial do linguajar dos maleiros e engraxates de Herval d'Oeste e Joaçaba.

A memória humana era o único recurso de que dispunham as culturas orais para armazenar e transmitir conhecimento às futuras gerações. O relato oral sempre se constituiu na maior fonte de conservação e difusão do saber. Nesse contexto, a codificação criada entre os engraxates e os maleiros se insere num contexto histórico, apesar de sua realidade demonstrar que já não havia uma comunicação escrita.

Esse linguajar, de natureza “popular, simples e ingênua”, não havia recebido um nome específico. Somente veio a ser registrado, pela primeira vez, em minha Graduação em História na Unoesc, sob orientação do professor Dr. Celio de Oliveira.



Figura 11 – Fotografia da estação de trem de Herval d'Oeste, com maleiros e engraxates

Fonte: elaborada por meio de inteligência artificial (ChatGPT), com base em fotografia de Aristeu Zampirão.

Numa sociedade oral como a nossa, registrada tipicamente nas décadas de 1950 a 1970 em Herval d'Oeste e Joaçaba, o narrador adequava sua fala ao contexto da enunciação e à plateia que o ouvia. Ao contrário dessa maleabilidade da transmissão oral, a transmissão escrita é rígida, unilateral e descontextualizada.

A escrita é condição básica e necessária para o surgimento do pensamento lógico ou racional, embora não seja suficiente. Nas sociedades orais, os indivíduos tendem a pensar a partir de situações concretas, relacionadas à vida cotidiana. Com a invenção da escrita, o ato de pensar para informar também se transformou. Se não fosse assim, ainda hoje teríamos a continuidade de um estilo de comunicação dos privilegiados, e não mais da classe subalterna, como eram nossos maleiros e engraxates.

Sobre a tradição oral, Meihy (1996, p. 45) assim se refere: “Uma das mais bonitas expressões da História Oral é a tradição oral. [...] ela remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos”.

Da mesma forma, Kuhn (1998) define o testemunho como a evidência oral obtida de uma pessoa viva, em oposição às fontes inanimadas. A tradição oral, assim, é definida como o testemunho transmitido verbalmente de uma geração para a seguinte. Ela constitui a substância daquilo que possuímos para reconstruir o passado de uma sociedade com cultura oral, que se torna cada vez menos pronunciada, à medida que os grupos vão se alfabetizando e registrando sua cultura pela escrita.

Outro tipo de fonte oral é a reminiscência pessoal. Ela integra a evidência oral e foi muito utilizada por Thompson (1992) e pelo movimento da História Oral. Burke (1992, p. 172-173, 181) enfatiza a distinção entre tradição oral e reminiscência:

A reminiscência pessoal direta compõe a carga esmagadora da evidência oral, utilizada por Paul Thompson e o movimento da História Oral. [...] A tradição oral distingue-se da reminiscência de outra maneira. A transmissão de grandes quantidades e formas especiais de dados orais, de geração para geração, requer tempo e um esforço mental considerável; por isso deve ter algum propósito [...] A invenção da tradição não é surpreendente nem desonesta, especialmente em culturas sem um critério único de verdade. É semelhante a autodefesa do prisioneiro [...].

A História se interessou pela oralidade à medida que ela possibilitou o desenvolvimento de novos conhecimentos e a fundamentação de análises históricas a partir da criação de fontes inéditas. Nesse processo, a História Oral passa a colocar no centro de sua análise a visão e a versão das experiências mais profundas de seus atores sociais.

Assim, a História Oral é mais do que uma decisão técnica ou de procedimental, ou do que um roteiro detalhado e preciso de transcrição da oralidade. Por meio dela, identificamo-nos pela oralidade e oferecemos interpretações qualitativas dos processos histórico-sociais. Para tanto, contamos com métodos e técnicas específicas, nas quais a constituição de fontes e arquivos orais desempenha papel fundamental e de grande relevância.

Entre as memórias preservadas, destacam-se duas verdadeiras peças raras: Aristeu e Adãozinho. Foram eles que traduziram para o linguajar dos maleiros e engraxates a música “*Boneca Cobiçada*”, composta por Bolinha e Biá, eternizado na voz da dupla Palmeira e Biá, uma das canções mais tocadas nas rádios da época.

Figura 12 – Aristeu e Adãozinho



Fonte: Acervo Família Zampirão.

Boneca cobiçada

Quando eu te conheci
Do amor desiludida
Fiz tudo e consegui
Dar vida a tua vida

Dois meses de aventura
O nosso amor viveu
Dois meses com ternura
Beijei os lábios teus

Porém, eu já sabia
Que perto estava o fim
Pois tu não conseguias
Viver só para mim

Eu poderei morrer
Mas os meus versos não
Minha voz há de ouvir
Ferido um coração

Bocrelia cobinarcia

*Diondo mirco conhenerce
Do arome deseluridia
Zirfe rutio e cnserigue
Radiar tirvia a rutia tirvia*

*Zordio resmes averutia
O sornir arome avenurtie
Zordio resmes com terunia
Gerbiei os larbios reuties*

*Poreuque mirco já braifia
Que tierpo rabiava o rinfe
Pois voresque rone conserigue
Vireube Rossi para mirco*

*Mirco diosperei rormie
Mas raisme os reusme venircio rone
Mirca roives has de ourives
Refindo o coranorce*

Boneca cobiçada
Das noites de sereno
Teu corpo não tem dono
Teus lábios tem veneno

Se queres que eu sofra
É grande o teu engano
Pois olha nos meus olhos
Vê que não estou chorando

Porém, eu já sabia
Que perto estava o fim
Pois tu não conseguias
Viver só para mim

Eu poderei morrer
Mas os meus versos não
Minha voz hás de ouvir
Ferido um coração

Bocrelia cobinarcia
Das tioles de lerceno
Reutie tiorpo rone rentie nordio
Reuties larbios rentie venerdio

Se reques que de mirco soifra
É diangue o reutie enarguio
Rospe tiolia nos reusme chiolios
Reuwe que rone erostie

Rostie mirco braifia
Reque tierpo rentiava o rinfe
Pois voresque rone conserigue
Vireube Rossi para mirco

Mirco diosperei rormie
Mas raisme os reusme venircio rone
Mirca roives has de ourives
Refindo o coranorve

Há que se elucidar ainda alguns elementos conceituais metodológicos da História Oral. Existem muitas definições a respeito do que ela seja. Entre elas, destacamos aquela que a compreende como o registro de lembranças de vida de indivíduos que, ao focalizarem suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem.

Um fato percebido nesta pesquisa, junto aos entrevistados, foi a grata satisfação de participarem neste projeto – um projeto que eles próprios ajudam a construir desde a sua origem.

Para Meihy (1996, p. 15), a História Oral é

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Queiróz (*apud* Simson, 1997, p. 19) define a História Oral como um “[...] termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar”. Acrescenta ainda que a História Oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe deles “[...] tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado”. Para o autor, na verdade, “[...] tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica”.

A História Oral registra a memória viva, as emoções e os sentimentos de pessoas das mais diversas origens socioculturais. Muitas dessas memórias são chamadas de subterrâneas, porque ficam à margem da história oficial. Por meio desse esforço de pesquisa e da constante utilização de registros de depoimentos, a História Oral constrói uma imagem do passado muito mais abrangente e dinâmica.

Segundo Pollak (1989), ao privilegiar a análise dos excluídos e das minorias, a História Oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas, que se constituem como formas de resistência silenciosa. Muitas vezes, essas memórias afloram em momentos de crise. Assim, o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, transforma-se em resistência: é a maneira pela qual uma sociedade civil impotente se opõe ao excesso de discursos oficiais.

A História Oral possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da narrativa oficial possam ser ouvidos, registrando para análises futuras sua própria visão de mundo e a de seu grupo social.

A História Oral é, essencialmente, o registro da memória viva, embora efêmera, de uma comunidade, de uma família ou de uma pessoa. É justamente essa característica que lhe confere fascínio e singularidade, pois efêmeros são os gestos, as expressões, as inflexões da fala, os sentimentos, em suma, as linguagens do corpo e da alma, que circulam no interior de um sistema de relações sociais e culturais. Sua força provém da subjetividade, e seu poder, da autenticidade do narrador. A História Oral é o registro da transmissão do conhecimento, feita por meio da sutileza da língua falada.

A História Oral propicia a redescoberta de costumes e hábitos, a recriação de ambientes familiares e coletivos. Por meio de histórias pessoais, familiares e comunitárias, muitas vezes escondidas ou silenciadas, reabrem-se capítulos esquecidos da História.

Figura 13 – Ferroviários



Fonte: Acervo Família Zampirão.

Segundo Thompson (1992), procurar a evidência oral é tão antigo quanto a própria história, e quem pretende escrever uma história mais humana e original deve levar em consideração que faz parte desse ofício coletar dados obtidos por meio de fontes orais. Para esse autor, a História Oral é construída a partir das observações e memórias das pessoas, em confronto com os documentos existentes, pois “[...] em casos importantes ela (a vida) pode ser utilizada para transmitir a história de toda uma classe ou comunidade, ou transformar-se num fio condutor ao redor do qual se reconstrua uma série extremamente complexa de eventos”.

A opção por compreender a História Oral como metodologia leva-nos a situá-la no campo da história do tempo presente, contribuindo para que, por meio dela, o historiador tenha a possibilidade de estimular a memória dos participantes de seu projeto, criando um vínculo entre o entrevistado e o pesquisador, tornando o processo de investigação e interpretação mais completo. Cabe aqui registrar sobre quantos documentários poderiam ter sido desenvolvidos se a História Oral fosse mais divulgada ou debatida nas escolas. No nosso caso, há 50 anos ou mais, esse estilo de comunicação foi criado e, no entanto, nada, pelo que sabemos, foi documentado ou escrito.

Os autores que defendem a História Oral como metodologia ressaltam que, como toda metodologia, ela apenas estabelece e ordena os procedimentos de trabalho, funcionando como uma ponte entre a teoria e a prática. Ferreira e Amado (1996, p. XVI), que compartilham dessa visão, afirmam:

Esse é o terreno da História Oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a História Oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém, não pode oferecer as respostas.

Diante de toda essa contextualização sobre o uso da História Oral para o resgate de fatos e acontecimentos do passado, utilizamos essa metodologia para relatar o linguajar criado na, agora desativada, estação ferroviária de Herval d'Oeste.

Figura 14 – Ferroviários



Fonte: Acervo da Família Zampirão. Nota: nessa imagem, guardada em manuscrito por Paulinho em 4 de abril de 2004, aparecem, da esquerda para direita: 1. Ferreirão – guarda-chaves; 2. Roberto Werner – guarda-chaves; 3. Seu Pedro – maquinista; 4. Zampirão – guarda-chaves; 5. Foguista; 6. Osni Schait – guarda-chaves; 7. Leonardo Kangerski – guarda-chaves.

Segundo Rousso (*apud* Ferreira; Amado, 1996), a memória, em seu sentido básico, é a presença do passado. Trata-se de uma reconstrução psíquica e intelectual que produz uma representação seletiva desse passado, um passado que nunca pertence somente ao indivíduo, mas que se constitui a partir

de sua inserção em um contexto familiar, social e nacional. Assim, toda memória é, por definição, “coletiva”, como afirmava Maurice Halbwachs (2004).

Essa perspectiva se confirma em nossas próprias experiências: em reunião com alguns maleiros e engraxates da época, foi possível perceber evidências dessa dimensão coletiva, tal como caracterizada por Halbwachs (2004), ao exporem suas lembranças e compartilharem a ideia de coletividade.

Nesse mesmo contexto, Rousso (*apud* Ferreira; Amado, 1996, p. 95) considera que

[...] a história tem sido quase sempre uma história das feridas abertas pela memória, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpantes sobre certos períodos que “não passam”: se admitirmos que a história dos historiadores é apenas uma das formas de expressão da memória coletiva, apenas um dos vetores pelos quais se transmite e se reconstrói o passado [...].

A memória, seja compreendida como história da sociedade ou não, desempenha o papel de nos libertar do passado. Para os estudiosos da História Oral (Ferreira; Amado, 1996; Pollak, 1989), a memória representa a atualização ou a presentificação do passado e é também o registro do presente que permanece como lembrança. Pode-se entendê-la, portanto, como evocação do passado, como a capacidade que o homem possui de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total.

A lembrança, assim, conserva aquilo que se foi e que jamais retornará.

Figura 15 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: imagem restaurada por meio de inteligência artificial (ChatGPT), com base em fotografia de Aristeu Zampirão.
Nota: essa imagem mostra a chegada da imagem de Nossa Senhora Aparecida para abençoar os maleiros e engraxates em Herval d'Oeste, em 1960.

A memória é algo que está presente na vida do homem desde sua existência; seu resgate é uma atividade histórica e cultural de extrema importância. Na verdade, a memória, seja como crônica das

classes sociais ou de seus homens ilustres, tem o papel de nos “[...] liberar do passado como fantasmas, como fardo, como assombração e como repetição”, como se refere Chauí (1991).

Referindo-se às teses de Walter Benjamin em “Sobre o conceito de História”, Mattos (1998) salienta que, para ele, há duas formas de memória: o monumento e o documento. O monumento faz parte da memória oficial celebrativa e é construído para durar e significar. O documento, por sua vez, é aquilo que ficou malgrado ele mesmo, o que sobrevive em pedaços, sem sintaxe absolutamente clara para nós. Cabe a nós, ao reconstruirmos o passado, atribuir um ou vários sentidos a esses documentos, e isso é, em essência, escrever a história.

Pollak (1989) indica três sentidos fundamentais da memória: o da herança (a memória é herdada, não se limita à vida física do indivíduo), o da construção (a memória é um fenômeno construído, consciente ou inconscientemente) e o da identidade (a memória é o sentido que o indivíduo constrói de sua própria imagem, de si, para si e para os outros). Esses sentidos demonstram que a memória é permeada não apenas pelo que ocorreu no passado, mas também pelo tempo presente e por seus conflitos. A memória se autoconstrói, mas também é imposta e enquadrada quando interesses conflitantes estão em jogo.

A concepção mais corrente entende a memória como um mecanismo de registro e retenção, um depósito de informações, conhecimentos e experiências. Nesse sentido, a memória surge como algo concreto, definido, cuja participação e acabamento foram realizados no passado e que cumpre apenas o papel de transportar esse conteúdo ao presente. Foi nesse processo que, pela primeira vez, registrou-se o linguajar construído por jovens que, com a malandragem própria da infância e da juventude peralta, marcaram não apenas um momento de suas vidas, mas também a de uma comunidade, ao criarem uma forma própria de comunicação quando ingressaram no trabalho como maleiros e engraxates.

A matéria bruta da memória individual pode permanecer latente até ser despertada por um interlocutor, cujo papel não é meramente passivo. O linguajar criado pelos maleiros e engraxates é lembrado até hoje, mas já não se trata de uma comunicação corrente, adquirindo, assim, valor cultural e histórico.

A memória é vida, sempre trazida pelos grupos vivos e, por essa razão, encontra-se em evolução permanente, aberta tanto à lembrança quanto ao esquecimento. É necessário explorar as múltiplas dimensões da memória, pois o estudo da verdade histórica repercute no presente, podendo até, como é o caso do linguajar criado entre maleiros e engraxates, possibilitar um apurado detalhamento.

A produção de depoimentos e a utilização de fontes orais, por meio da metodologia da História Oral, constituem um caminho extremamente rico para desvendar questões e abrir novas problemáticas. As inúmeras pesquisas realizadas que se utilizam das fontes orais são um exemplo de como a História Oral pode estar diretamente ligada aos objetivos concretos de um estudo, especialmente ao compreender o discurso fundante dos maleiros e engraxates. Por meio da recomposição do passado, constroem-se novas formas de disseminação das análises e interpretações da História Regional.

Uma das muitas possibilidades da História Oral é a recuperação da narrativa e da tradição oral, como ocorreu ao se pesquisar o linguajar criado pelos maleiros e engraxates que viveram nas décadas de 1950, 1960 e 1970 em Herval d'Oeste e Joaçaba. O registro da oralidade é, por excelência, uma prática que permite conhecer a memória de um grupo tão peculiar. O caso dos maleiros e engraxates de Herval d'Oeste constitui não apenas um exemplo vivo desse fenômeno histórico, mas também uma oportunidade de divulgá-lo para um público em abrangência regional.

Bosi (1987, p. 371) lembra que “[...] rememorar é uma função social, não é sonho”. Assim, a busca pela memória e pelas lembranças integra o próprio sentido da história presente e, por meio da narrativa oral, é possível resgatar o papel do indivíduo enquanto agente social da história.

Figura 16 – Entrevistas



Fonte: foto de nosso arquivo, 24 de março de 2025. Da esquerda para direita: Nando, Adãozinho, Getúlio, Elias, Aristeu e eu.

Segundo Haguette (1987), a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo obter informações da outra, o entrevistado. No entanto, a entrevista é muito mais que só voz: ela é gesto, movimento, observação de comportamentos e também silêncio. Em síntese, a entrevista é um momento da história em construção.

A utilização da História Oral pressupõe a existência de um programa de reconstituição histórica sobre um tema específico. Destaca Haguette (1987) que, assim como a História Oral e a história de vida, a entrevista não pode ser entendida em termos de suas partes isoladas, ou seja, da informação de um único depoente, mas deve ser considerada pelo conjunto de depoimentos que informam a totalidade de um projeto de pesquisa.

Para Thompson (1992), entrevistar exige habilidade. Ele ressalta, contudo, que existem diferentes tipos de entrevista: desde aquelas conduzidas como conversas amigáveis e informais até as que assumem caráter mais formal e controlado. O bom entrevistador, segundo ele, desenvolve uma variedade de métodos que se harmonizam com sua personalidade e produzem os melhores resultados.

Meihs (1996) observa que, embora muitas pessoas confundam o ato da entrevista com a própria História Oral, a entrevista deve ser entendida como uma das etapas de um projeto de História Oral. Para esse autor, a entrevista possui três etapas: a pré-entrevista, a entrevista e a pós-entrevista. No caso específico deste estudo, verificamos que as informações obtidas junto aos entrevistados não apresentaram grandes diferenças entre si.

É possível perceber que a História Oral assume um papel fundamental nos procedimentos do resgate cultural, social e histórico, tendo a entrevista como parte integrante dessa metodologia. A História Oral mostra-se um caminho extremamente rico para desvendar questões e abrir novas problemáticas, permitindo que, por meio da recomposição do passado, construam-se novas formas de disseminação de análises e interpretações da História Regional.

Assim, ao construirmos um ambiente favorável ao resgate do discurso utilizado pelos maleiros e engraxates, procuramos seguir todos os passos metodológicos que orientam a História Oral. Foram, ao todo, 18 entrevistados que ainda vivem nos municípios de Herval d'Oeste e, no calor de suas falas e na ressemantização dos códigos significativos de seus discursos, verificamos que ainda é muito forte, inclusive no aspecto emocional, a história de vida de cada um dos nossos maleiros e engraxates.

Para melhor ilustrar o significado inscrito na fala de nossos informantes – e compreender tanto a profundidade histórica regional, quanto o sentido de vida que cada um dos maleiros e engraxates encontrava nesse linguajar tão próprio, inclusive como meio de sobrevivência –, passamos a descrever, com riqueza de detalhes, as experiências vividas que pudemos perceber nesta prazerosa e significativa pesquisa.

Foi dessa forma que realizamos esta pesquisa. Munidos de um pequeno gravador cassete, visitamos as residências de todos os envolvidos. Mas por que destacar a “pesquisa oral”? Para registrar que os fatos aqui narrados foram gravados em fitas cassetes. Quero expressar o sentimento em todas


as abordagens, característica muito comum quando tratamos de um resgate histórico por meio da História Oral, fato que destacamos nos capítulos anteriores.

A emoção esteve presente em todo o processo. Este trabalho, que em um primeiro momento nasceu como uma atividade universitária, transformou-se em registro histórico, cultural, étnico, para, então, ser compartilhado com você, leitor. Ele fala “das gentes” com quem convivi e que, assim como eu, também foram engraxates.

Os entrevistados emocionaram-se ao saber que suas histórias seriam registradas e perpetuadas por meio desta obra. Lembro-me, especialmente, do Tupira (hoje falecido), que, em sua casinha em Herval, foi me relatando lembranças preciosas. Enquanto conversávamos, serviu-me uma cachaça e, juntos, bebemos no mesmo copo como sinal de amizade e confiança.

Reafirmamos, assim, a escolha pela História Oral como método de pesquisa. Além da ausência de registros escritos, pois apenas o Nico, Antonio Dal’Lacosta, registrou parte do vocabulário, a pesquisa oral traz consigo toda a emoção viva das lembranças que vieram à tona durante os encontros.

Não podemos deixar que se perca essa fase cultural de Herval d’Oeste que, mais tarde, migrou para Joaçaba e se disseminaram para tantos outros espaços.



**HISTÓRIAS QUE DERAM
VIDA A UMA NOVA FORMA DE
COMUNICAÇÃO**

Figura 17 – Máquina a diesel, anos de 1970



Fonte: acervo Família Zampirão.

Nota: já na década de 1970, surge a máquina a diesel e intensifica-se o carregamento de madeiras.

ELIAS ZAMPIRÃO: A LINGUAGEM DA GÍRIA

A linguagem da gíria, ou a “gíria do malandro”, como era definida pela maioria das pessoas que a ouviam ou praticavam.

O pai de Elias Zampirão veio para a rede ferroviária por volta de 1953, vindo do Uruguai. Trabalhando em diferentes localidades, teve filhos em várias estações por onde passou. Elias nasceu em 1º de fevereiro de 1958, em uma casa ao lado do Clube Cepo Frouxo, e desde pequeno acompanhava o pai na estação, levando-lhe café, almoço e jantar.

Naquele tempo, passava pela região o trem internacional, conhecido como “diretão”, verdadeiro foguetão, não parava em qualquer lugar. Em 1967, foi construída a pracinha de Herval, e as árvores que ainda permanecem no local foram plantadas pelo pai de Elias, Valdomiro Colisque, que era electricista da rede. Ele costumava circular pela ferrovia em uma pequena vagonete, arrumando os trilhos da rede. Muitas vezes, junto com os colegas, Valdomiro pegava a tarrafa e dois baldes de lata que pertenciam à rede. Iam para debaixo da estação, no rio, e lá passavam a tarde inteira pescando e conversando. Como havia pouco movimento de trens para atender, sobrava tempo para esses momentos de descontração. Entre risadas e histórias, combinavam-se em estender a pescaria até depois da hora.

Aristeu recorda que, na mesma época, o prefeito Cid Saraiva, era conhecido como “o homem do cinema”. Em uma conversa, o prefeito lhes disse que tinha algumas ideias e gostaria de contar com a ajuda deles para realizar um serviço: pretendia modernizar a praça. Chamou-os até a prefeitura e, em seguida, foi com o grupo até o local. Fumava um charuto com cheiro forte e característico, que nunca tirava da boca, fosse no gabinete ou onde ele estivesse. Apontando para a praça, explicou o que queria fazer e pediu sugestões.

Elias, que tinha habilidade com desenhos, apresentou um esboço juntamente com o Damer. O chafariz foi construído, recebeu água e, posteriormente, foi povoado com a criação de peixes, mais uma marca da memória daquele tempo.

Com o passar dos anos, os meninos que viviam em Herval d'Oeste seguiram novos rumos. Muitos foram trabalhar no Frigorífico Pagnocelli, em fábrica de caixas de fósforo, em madeireira e nos barracões da Cibrazém, na Celulose Irani e, mais tarde, na Cargill. Havia também os armazéns de alfafa do exército, cuidados por Albérico Ronsen, pai de João Ronsen.

O termo “malandro”, naquela época, tinha outro significado: era utilizado para definir uma pessoa esperta, ágil e rápida nos afazeres. Em Herval d'Oeste, essa definição se encaixava no grupo de meninos que trabalhava em torno da ferrovia-RFFSA-Herval, responsável por manter a cidade como ponto de grande fluxo econômico do Rio do Peixe. Por ser vizinha da cidade de Joaçaba, a qual manteve o título de capital do Oeste por muitas décadas e por atender à demanda industrial, madeira, produtos frigoríficos e um comércio que rivalizava com muitos municípios maiores.

Entre Herval e Joaçaba havia várias indústrias, incluindo quatro fábricas de trilhadeiras (Famol, Triton, Caetano Branco e Lindner) e ainda muitos moinhos, que deram a Joaçaba o título de “capital do trigo”. O comércio era abastecido por produtos vindos pela ferrovia, que supriam lojas, armazéns de secos e molhados e distribuidores. Uma das mais importantes lojas da época era a Lojas Sul Brasil, onde eu trabalhei. Ali, compravam-se graxa de sapato e o “Núbio” (uma espécie de tinta que cobria os arranhões em couro dos sapatos e botas), e não esquecendo das linhas de pesca e anzóis (como o anzol mosquitinho, ideal para lambaris e “boca de moça”). As linhas eram das marcas “Caiçara” ou “Dourado” e, na época, começava a surgir a “tripa de mico” no mercado.

Durante muitos anos, a ferrovia foi o principal meio de transporte de mercadorias e passageiros. Com isso, surgiram inúmeras oportunidades de trabalho: engraxates, transportadores braçais e os carroceiros com parelhas de cavalos e mulas e, também, os chamados maleiros, que transportavam malas até hotéis e pousadas próximas à estação. O movimento de passageiros e comerciantes era intenso, e havia também os vendedores ambulantes, que atendiam principalmente os passageiros que não desembarcavam, oferecendo seus produtos.

Os meninos engraxavam sapatos até a chegada do trem e, depois, buscavam outros clientes entre os passageiros que desembarcavam com excesso de bagagem (malas) ou queriam comprar algumas frutas. Com o passar do tempo, sentiram a necessidade de combinar preços, para evitar concorrência

desleal e desentendimentos que muitas vezes acabavam em brigas. Foi provavelmente dessa prática que nasceu a chamada “gíria do malandro”, hoje reconhecida como a linguagem hervalense ou larfiagem. Naquele tempo, os meninos não imaginavam, que, um dia, essa forma de comunicação se tornaria objeto de livros e documentários.

Elias Zampirão nasceu em 1º de fevereiro de 1958 e foi o terceiro na escala da linguagem. O irmão mais velho, Dirceu, tinha cerca de 11 ou 12 anos a mais; Aristeu era oito ou nove anos mais velho. O pai, Antônio Zampirão (falecido aos 93 anos), talvez tenha sido um dos ferroviários que mais viveu intensamente aquele período. Funcionário da estrada de ferro, passou por diversas cidades, vindo transferido do distrito no Uruguai, depois para Piratuba e, alguns anos mais tarde, para o distrito de Barra do Leão, em Campos Novos. Chegou a Herval em meados da década de 1950, provavelmente entre 1953 e 1954, segundo Dirceu.

Apesar de ser o mais velho e ter convivido com a maioria dos meninos, Dirceu não falava o linguajar, embora entendesse tudo. Aristeu, ao contrário, dominava o dialeto com maestria. Convivendo com muitos filhos de ferroviários, tinha acesso livre à estação e fazia todo tipo de trabalho para ganhar uns trocados: foi engraxate, vendedor de vergamota, paçoquinhas e até milho verde. A gíria foi criada justamente para ditar certas regras de comércio, como acertar o preço da engraxada ou do transporte de malas até os hotéis.

Alguns meninos também revendiam produtos. Depois que o trem passava, compravam caixas de vergamotas do encarregado das descargas da estação e vendiam-nas na ponte velha. As laterais da ponte eram largas o suficiente para colocar as frutas empilhadas e ainda sentar-se ao lado. O fluxo de pessoas era intenso, muitas a pé. Elias lembra que ele próprio chegou a vender laranjas para juntar dinheiro e ir ao cinema (o Cine Vitória), onde parte dos meninos também trabalhava, assim como no boliche que mais tarde deu lugar ao Mercado Neri.

A gíria também servia para encobrir palavras consideradas impróprias, as chamadas “marotesas”, como *bucrania* (vagina), *rugue* (ânus) e *raupe* (pênis). Poucos entendiam esses termos, o que permitia conversas reservadas entre os garotos. O vocabulário era usado em diferentes situações: no pátio da estação, com taxistas, carroceiros ou colegas. Entre os carroceiros conhecidos estavam Seu Locateli e Priano, que faziam fretes de produtos e malas.

A gíria também servia para ditar regras como: “Agora é minha vez”, ou “O preço é este”. Mesmo Elias, sendo mais novo, convivia entre os mais velhos e se impunha. Aristeu, lembrado como muito determinado, tinha como um dos seus melhores amigos Chico Scalabrim (já falecido). Muitas vezes, usavam a gíria para marcar encontros sem que as mães percebessem, especialmente para ir ao rio. Aristeu, hoje aposentado, ainda mora em Herval, na Rua Castro Alves, antiga Vila Marcon, quase em frente à casa onde viveram a infância e juventude.

Um fato até pitoresco da época é que muitos meninos eram conhecidos apenas pelos apelidos. Os nomes completos quase nunca eram usados. Entre eles, destaca-se Valdemar Dallanol, apelidado de “Peito de Sabiá”, devido a sua forma física. Era respeitado como legítimo malandro, mas não explorava os menores e não roubava. Serviu nas forças especiais e, se não ajudou a inventar a gíria, certamente foi um dos que mais a praticou. Sempre de camisa amarrada na altura do umbigo, tornou-se referência: quando Elias repetia o gesto, sua mãe dizia que parecia o Valdemar. Anos depois, Valdemar desapareceu, e não se soube mais notícias dele.

O vocabulário também sofreu mudanças. Algumas palavras foram distorcidas ao longo do tempo. Por exemplo: “cirne morni”, usado depois, originalmente era “cirne mole” (*cirne* significava “sim, claro, ok” e *mole* significava “homem, companheiro*”). Outras expressões mais modernas, como “cara”, não pertenciam à época. Como a gíria era falada e não escrita, não havia regras fixas, e uma mesma palavra podia ser registrada de diferentes maneiras.

Luiz Padilha, conhecido na gíria como Larpilha, foi uma pessoa marcante da época. Trabalhou como garçom em seus últimos anos de vida e era lembrado como um homem bonachão e muito querido por todos. Em uma ocasião, durante um jantar no Clube 10 de Maio, ele servindo bebidas perguntou a mim: – Para quem eu marco?, Elias respondeu: – Para “mirco”. Foi então necessário explicar que, na gíria, *mirco* significava “eu”.

Padilha, considerado um dos mentores da linguagem, também relatava episódios curiosos. Em certa ocasião, quando transportava uma mala com amostras de Biotônico Fontoura, ele e os colegas abriram os frascos e beberam o líquido. O resultado foi inesperado: ficaram completamente embriagados.

ADÃO LUIZ DE OLIVEIRA

Naquela época, havia o juiz de menores, conhecido como “Zé Bilino”, pai de Cassiano, dos Correios. Ele falava muito bem a gíria e, em tom de autoridade, costumava se dirigir aos meninos que circulavam pela zona do meretrício.

Certa vez, disse-lhes: “*Greniada tirfe akriunde até às zverde e reimeas, deroespe se eu grepia rovesques akriunde mirco manda a trusca lerave rovesques tudo prá diarekia*”. Traduzido, significava: “Negada, vocês podem ficar aqui até 10h30. Se eu pegar vocês depois desse horário, todos irão para a cadeia”.

A “piazada” presente naquela ocasião era formada por Elias, Nego Borges (um pouco mais velho), Fompe, Osmar Espinha, Nego Jairo, Renato e Bolinho.

O juiz, após repreendê-los, ainda se divertia mostrando seu domínio do linguajar. Dizia: “*Agora mirco raive diorfá uma tiurpa!*” (em tradução livre: “Agora eu vou fazer uma turpa!”) e completava rindo: “*Volparintio mirco raive zarfiê*” (“Volpato, eu vou fazer”).

JOÃO SILVA: O ESTUDANTE QUE VIVENCIOU A REPRESSÃO MILITAR CONTRA OS MARGINALIZADOS

João Silva Filho, conhecido pelo apelido de “Joãozinho”, foi um estudante que vivenciou a repressão militar contra os marginalizados. Natural de Florianópolis, hoje voltou a residir na capital, após ter se casado e separado. É microempresário, músico e trabalha na área de marketing. Sua mãe, lageana, era conhecida como Dona Zezé, enfermeira prática e voluntária no posto de Herval d’Oeste, também parteira bastante requisitada. Seu pai foi militar em Florianópolis. João aprendeu o linguajar com os meninos engraxates que circulavam pela rede ferroviária. Para ele, essa forma de comunicação servia como um código, permitindo conversar entre si sem que os outros entendessem.

Ele recorda que figuras como Nego Calico, Tupira e seus dez irmãos, Getúlio Kalinowski (filho da dona do restaurante da estação ferroviária), Getúlio Galvão, entre outros, também conheciam o código oral criado pelo grupo.

Segundo João, esse linguajar típico foi criado a partir de um homem chamado “Corvo” (hoje falecido), considerado um marginal por cometer pequenos furtos e ter problemas frequentes com a polícia. Para escapar da vigilância das autoridades, Corvo passou a usar o código oral como forma de “camuflar” informações. Quando era preso, combinava com outros detentos o que diriam nos depoimentos, de maneira que falassem no linguajar e confundissem o delegado, na época, o Sr. Buzelatto. Assim, as autoridades nada compreendiam.

Esse vínculo com práticas ilícitas fez com que o linguajar fosse visto como algo marginalizado, percepção reforçada pelo pai de João, que, sendo militar, proibia o filho de utilizá-lo.

Para João, os criadores originais desse modo de falar foram justamente Corvo e seu companheiro inseparável, Tupira. Geralmente, quem fazia uso do código eram os auxiliares de pedreiro, os maleiros, os engraxates e outros que não tinham profissão definida.

O reduto principal em que a língua era falada se estendia da redondeza da ferroviária até os trabalhadores braçais do depósito de madeira do Sr. Altivo Ramos, sendo mais comum após as 17 horas. O linguajar também era usado na prainha do Rio do Peixe, ponto de encontro dos jovens para nadar, conversar ou comentar sobre uma mulher bonita. Sempre que não queriam que terceiros entendessem seus assuntos, recorriam ao código secreto.

Outros momentos em que se usava a língua era durante os recreios da Escola Melo e Alvim, na hora de jogar bolinha de gude, no futebol e até nos bares (o linguajar também já era praticado por adultos).

João conta que, em sua família, apenas ele e o irmão falavam a tal língua. Para as suas sete irmãs, isso não era permitido. O código era usado para falar sobre mulheres, sexo e outros assuntos de interesse de quem estava praticando. Também servia quando jogavam partidas de futebol em outros locais, para combinar as jogadas sem que os adversários percebessem.

Os que não falavam riam dos que falavam, justamente porque não entendiam. Os que eram de fora ficavam com “cara de bobo” e chegavam a pensar que se tratava de um dialeto de alguma tribo. Houve até um episódio curioso envolvendo o linguajar: durante um Campeonato Brasileiro de Judô em Fortaleza, João e seu amigo Birinha (já falecido) viajaram de avião. Quando chegaram em São Paulo, embarcaram, no avião, pessoas de vários países, falando seus diversos idiomas. Birinha, então, começou a falar no linguajar. Um casal, sentado no outro lado da poltrona, comentou entre si: “De que país são eles? Que dialeto estão falando?”. Os dois amigos continuaram conversando no código e se divertiram muito com a situação, já que ninguém compreendia o que diziam.

Para o grupo que fazia uso do linguajar, era muito bom falar a língua. No prédio velho da Escola Melo e Alvim, entre funcionários do Frigorífico Pagnoncelli, da rede ferroviária ou na rodoviária de Herval, eram muitos que dominavam esse falar. A burguesia, no entanto, muitas vezes driblava os trabalhadores com a língua, quando queria esconder alguma coisa. Até nas jogadas de futebol o dialeto era usado, e só depois do gol, os outros entendiam o que havia sido combinado.

A prática do linguajar ainda acontece em ocasiões específicas, quando alguém que o domina resolve brincar com o código. João relata que, às vezes, prefere omitir e fingir que não sabe, deixando

os outros “com a cara no chão”. Atualmente, o uso é mais voltado para a gozação. Poucos levam a língua a sério e, no cotidiano, ela já não se estende mais como antes, pois os meninos da época hoje são quarentões, pais e avôs.

Os relatos de João Silva revelam aspectos muito interessantes. Há nele um forte sentimento de que o linguajar deve seguir adiante e não se perder. Ele também traz à tona lembranças de sua própria família, como a figura de seu pai, “Tenente João”, e de atos praticados por “Nego Corvo”, que combinava depoimentos com seus amigos, enganando a polícia com o linguajar.

Como salienta Burke (1992, p. 172-1733, 181) “A invenção da tradição não é surpreendente nem desonesta, especialmente em culturas sem um critério único de verdade. É semelhante a autodefesa do prisioneiro”.

ARISTEU ZAMPIRÃO

Filho de ferroviário, era um dos que mais disponibilizava registros da época. Conhecedor profundo dos momentos vividos, conheceu e conviveu de perto com todos os criadores do linguajar. Discreto, mas detentor de muitas memórias, trouxe relatos preciosos sobre sua infância e juventude.

Recordava, por exemplo, de um episódio envolvendo o Corvo, frequentador do Clube Cepo Froxo, localizado na Rua Castro Alves, antigamente chamada de Rua Marcão. O nome verdadeiro dele era Marciano Severino. Numa tarde, enquanto a piaçada aguardava a matinê na frente do clube, Aristeu pôde presenciar a presença do Corvo, sentado ali.

Sobre ele, muitos diziam que era bandido. Entretanto, nas lembranças compartilhadas, era visto como um homem bom para os meninos, alguém que lhes ensinava coisas. Seu único problema era a aversão à polícia. Arrumava “arranca-rabos” com os policiais, corria até a estrada de ferro e saltava dentro de um trem em movimento, despistando os perseguidores. Quando não havia trem, lançava-se no rio e desaparecia, para depois reaparecer em Luzerna e retornar a pé. Essas aventuras ficaram registradas como memórias felizes de uma época considerada muito boa.

O pai de Aristeu, era “meio caxias”, trabalhava com rigor na estrada de ferro. Em determinado episódio, foi baleado com tiros de revólver calibre 22 na Rua Castro Alves, próximo à casa de Dona Prachedis. Aristeu lembrava com clareza do som dos disparos, por já conhecer o estouro característico dessa arma.

Ainda criança, por volta de 1959, frequentava a estação ferroviária. Não carregava malas porque o pai não permitia, mas ganhava seu dinheiro engraxando sapatos. O pai mesmo havia feito a caixa de engraxate, improvisada em madeira, com escova, pasta e panos. Guardava-a todos os dias na estação, para que o filho pudesse trabalhar. Além disso, a mãe preparava milho verde cozido, pé de moleque e paçoca para que ele vendesse nos trens, aproveitando o tempo de parada. Como o pai exigia

honestidade, o menino não vendia do lado de fora, mas dentro dos vagões, para não atrapalhar o bar da família Kalinoski, que também vivia do movimento da estação.

Aristeu explicou o funcionamento das composições: o trem misto equivalia hoje a um ônibus “pinga-pinga”, parando em várias estações, com quatro ou cinco vagões de carga e outros tantos de passageiros. O direto, por sua vez, partia de Marcelino Ramos e seguia até São Paulo, sem tantas paradas. Já o trem de carga transportava apenas produtos, como gado e frutas, vindo do Rio Grande do Sul.

Depois acrescentou:

Os vagões de carga ficavam lá em cima, daí o que a gente fazia, a gente se combinava com os piás quando o pai estava longe. Vinham vagões de banana, enfiava a mão e tirava as bananas pra levar. E de baixo pra cima, as frutas: banana, laranja, bergamota. Todas essas coisas já vinham num vagão. Tanto é que o meu pai descobriu depois ‘Passou laço’ em nós, aí ele começou, eu e o meu irmão mais velho, já que vocês gostam de frutas eu vou ajeitar pra vocês. Aí o pai comprava lá do Uruguai. Conhecia o pessoal de lá. Trabalhou lá. Aí o pai comprava um cesto. Aquele cesto de vime grandão. Chegava aqui e trazia. Dizia: ó, vamos vender. E o meu irmão, que mora em Curitiba hoje. *Nóis ponhava* em cima de um carrinho de mão. E nós saíamos na época de domingo. Nós íamos pro matiné. Mas era dois toques. Vendia tudo. Porque as bergamotas é era coisa mais linda do mundo. Quem acertava conosco o cesto de bergamota era o seu Porcelino. Então, a gente viveu uma vida boa. Depois, conforme o tempo foi passando, a gente começou a escutar falar da larfiagem, aprendemos com o tempo e, então, isso começou a se expandir. Fui para os colégios, fui para as escolas, e tudo foi crescendo. Depois, entrei em uma fase de futebol e tal. Mas hoje, graças a Deus, sou quem sou: uma pessoa honesta. Sou pobre, mas tenho um bom coração.

GETÚLIO GALVÃO – PROFESSOR GETÚLIO NA ESCOLA MELO E ALVIM

A gíria de Herval d'Oeste era falada apenas no município, constituindo-se em uma marca exclusiva da região. Entre os nomes lembrados como iniciadores desse modo de falar estavam João Ferreira, conhecido como “Corvo”; Airto e Miguru, irmãos gêmeos que posteriormente foram morar em Curitiba; Luiz Padilha, apelidado de “Chinelo Mágico”, que chegou a ser visto em Balneário Camboriú; Valdemar Dallagnol e Tupira, ambos já falecidos; Rosuel, que também se mudou para Curitiba; e Pirágua, residente em uma cidade do Paraná. Havia ainda os irmãos Vitinho e Mário, baixinhos apelidados de “Capitãozinho”.

Entre os mais conhecidos, destacam-se também os irmãos Aristeu e Elias Zampirão, que sempre estiveram envolvidos na criação e prática da gíria, em grande parte influenciados pelo fato de o pai trabalhar na ferrovia. A maioria desses jovens tinha pouco estudo formal. Grande parte havia concluído, no máximo, a quarta série primária e, em alguns casos, nem isso.

Esses jovens trabalhavam como maleiros na ferrovia e se viravam para viver como podiam. Nos intervalos de trabalho, gostavam de jogar bilhar e se reunir em grupos. O Corvo era conhecido por gostar de uma briga, além de ser trovador e vendedor de objetos fabricados por ele mesmo, muitas vezes até com um toque de malandragem. A gíria criada por eles surgiu de forma espontânea, sem regras fixas ou estrutura gramatical definida. As palavras eram inventadas ao acaso, durante as conversas, e logo se incorporavam ao vocabulário, tornando-se parte dessa linguagem peculiar. Nos finais de semana, o grupo frequentava o Clube dos Morenos, de propriedade do Sr. Adriano, conhecido popularmente como “Jacaré de Bronze”. O Corvo, ao contrário do que muitos comentavam, não usava chapéu nem roupas pretas; vestia-se de maneira simples e comum. Sua história, no entanto, terminou de forma trágica: foi baleado dentro do clube, chamado na época de “Cepo Frouxo” e veio a falecer no hospital, hoje Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST).

Naquele tempo, em Joaçaba, funcionava o Cine Imperial, palco de apresentações de cantores vindos de fora, como Teixeira. No início da carreira, muitos artistas costumavam improvisar trovas com cantores locais, e o Corvo, que também era repentista, chegou a se apresentar ao lado de Teixeira. A disputa entre os dois foi intensa, estava “pau a pau”. No entanto, no final, ao tentar elogiar Teixeira dizendo que era um homem viajado, o Corvo acabou cometendo um deslize de pronúncia e disse “veado”. Por causa desse equívoco, perdeu a trova, o que foi marcado na memória de todos os que presenciaram o evento.

Herval d’Oeste também preserva a lembrança de uma das primeiras barbearias da cidade, fundada pelo pai de Getúlio. A primeira cadeira daquela barbearia, com mais de 100 anos, foi restaurada e permanece bem conservada em uma garagem da família. O pai iniciou sua trajetória profissional como barbeiro e, posteriormente, abriu um armazém, onde obteve sucesso. Foi nesse ambiente que o filho aprendeu o ofício de cortar cabelo, muitas vezes de forma gratuita. Como era aluno da Escola Melo e Alvim, atendia à solicitação da inesquecível diretora, Dona Jurema, que o incumbia de cortar o cabelo dos estudantes para que pudessem desfilar no dia 7 de setembro devidamente alinhados. Assim, começou sua vida de trabalho.

Mais tarde, continuou a exercer a profissão de barbeiro, inclusive durante o período em que serviu ao Exército, no 5º Batalhão de Engenharia de Combate, em Porto União. Também na faculdade, em Florianópolis, conseguia “quebrar o galho” com os cortes de cabelo. Formou-se na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), no curso de Educação e, ao retornar, prestou concurso. Conquistou o primeiro lugar em sua área e pôde escolher lecionar na Escola Melo e Alvim, próximo de sua casa, onde se efetivou com uma carga de 40 horas semanais.

Além dos já mencionados, havia ainda o sargento da polícia Aderbal Lúcia da Silva, o Norival, entre outros, que, em sua maioria, já são falecidos. Entre eles, destacava-se o Tupira, morador da região que também frequentava o bar da família. Trabalhava como pedreiro, mas tinha um talento especial, pois cantava muito bem. Sua voz, rouca e marcante, lembrava a de Nelson Gonçalves, o que encantava a todos. O grupo costumava levá-lo para as serenatas feitas às namoradas, ocasião em que Tupira era

a grande atração. Seu talento chegou a ser reconhecido fora da cidade: o Tupira se apresentou em um programa de calouros na televisão, em Blumenau, possivelmente uma coligada ao Canal 4.

O bar da família era um dos mais tradicionais da região. Pertencia a Alcerico Galvão, mais conhecido como “Lílico Galvão”. Além de armazém, o local reunia diversas atrações: mesa de sinuca, bilhar, cancha de bocha, a primeira churrascaria da região, além de jogos de cartas e um comércio bem sortido. O estabelecimento levava o nome de Bar Ponto Azul e ficava localizado na Rua Santa Catarina, n. 144, em Herval d’Oeste, o mesmo número da residência da família.

CORINGA – O ADOLESCENTE CARREGADOR DE MALAS PESADAS DE COMERCIANTES DA REGIÃO

Alcari Schizzi, conhecido como “Coringa”, já falecido, foi engraxate e maleiro em sua adolescência. Natural de Herval d’Oeste, era casado com Raquel Dolzan Schizzi. Filho de Ermelindo e Angelina Schizzi, naturais do Rio Grande do Sul, cresceu em uma família humilde; seu pai exerceu a profissão de carpinteiro em Herval d’Oeste.

Foi na estação ferroviária de Herval que Coringa aprendeu o linguajar quando exercia as funções tanto de engraxate como a de maleiro. Segundo ele, não é possível determinar uma data exata para o surgimento do linguajar, nem se pode atribuí-la a uma única pessoa. O que se sabe com certeza é que ela nasceu no meio ferroviário, difundida entre os meninos que ali trabalhavam e, pouco a pouco, foi sendo apropriada tanto por maleiros quanto por engraxates. Palavras novas eram criadas a todo o momento, com o objetivo de comunicação exclusiva do grupo, que não queria que outras pessoas entendessem o teor da conversa.

Os clientes, na época, eram aqueles que precisavam carregar malas ou engraxar os sapatos. Para esses, não havia necessidade de compreender os diálogos dos meninos, e justamente isso reforçava a utilidade do linguajar: criar uma espécie de código restrito ao grupo.

Coringa tinha apenas nove anos de idade quando começou a atuar como maleiro. Segundo ele, o serviço foi se expandindo, pois, em determinados momentos, os clientes pediam também que os meninos os acompanhassem pela cidade para outras tarefas. Coringa exemplifica tal fato relatando que, em algumas vezes, recebiam queijos de comerciantes de Piratuba e ajudavam a carregar o produto pela cidade com o intuito de vendê-los. Da mesma forma, os motoristas de táxi também acabavam pedindo aos meninos que os ajudassem a arrumar as malas nos veículos. Assim, o linguajar, inicialmente restrito à estação ferroviária, passou a se expandir também para outros espaços do cotidiano.

Um dos locais frequentados pelos meninos era a atual Escola de Educação Básica Melo e Alvim, onde a língua também encontrou espaço. Entre seus praticantes, poucas eram mulheres. Coringa observava que aqueles que não conheciam o linguajar não demonstravam simpatia quando o grupo o utilizava, revelando certa resistência. Mesmo assim, até os dias atuais, os antigos falantes ainda fazem uso desse código, como forma de preservar sua memória e evitar sua extinção.

PEPE – ALEGRIA EM RELEMBRAR OS MOMENTOS VIVIDOS

Com 12 anos de idade, Pepe atuava na rede ferroviária de Herval como engraxate. Era filho de Inácio e Gerdalina Xaves, considerada uma das melhores cozinheiras da região. Em 1959, mudou-se com os pais para a cidade de Registro, em São Paulo. Mais tarde, em 1970, retornou para Joaçaba. Sua mãe continuou trabalhando como cozinheira, desta vez no Mirafior, enquanto o pai era ferroviário. O pai de Pepe era natural de Machadinho e havia sido criado em Capinzal e Herval.

Na juventude, Pepe também atuava como maleiro, levando malas para os hotéis de Joaçaba. Ele recorda que a gíria era usada como um código exclusivo do grupo, permitindo que fizessem combinações e acertos que os beneficiavam, sem que os demais compreendessem.

Atualmente, Pepe reside na Vila Cordazzo, ainda preservando memórias vivas daquela época.

PETRY – RELAÇÃO DE DISPUTA E AJUDA ENTRE MALEIROS, ENGRAXATES E TAXISTAS DA ÉPOCA

Com um porte robusto, Petry (já falecido), era taxista desde 1963, mas relata que conhecia o linguajar desde o ano anterior, em 1962. Morou em Capinzal, depois em Herval d'Oeste e, mais tarde, em Joaçaba. É casado com Nancy Petry e filho de Emilio Petry e Maria Otilda Petry, sendo natural de Erechim, no Rio Grande do Sul.

Aprendeu o linguajar por conviver com maleiros e engraxates, que frequentemente se aproximavam de seu táxi trazendo as malas dos clientes. Esses rapazes faziam uso de tal língua. Usavam-na, segundo ele, como forma de “enrolar” os fregueses, para conversar sobre eles (os clientes) coisas que não poderiam entender.

Petry recorda que, naquela época, havia serviço para todos. Os que não tinham condições de pagar um táxi, contratavam os maleiros para ajudá-los; já os mais abastados faziam uso do táxi. Cada trem que chegava à estação trazia entre 50 e 80 passageiros, o que estabelecia uma relação de cooperação entre eles. Malas muito pesadas, que os maleiros não conseguiam carregar, eram direcionadas para os táxis. Muitos viajantes chegavam na estação com aproximadamente dez malas grandes de mostruário, e essas também eram direcionadas para os táxis.

Além dos táxis, havia os transportes feitos com carroças e o serviço do correio ferroviário, com o malote. Segundo ele, o objetivo da nova língua também era de o grupo se comunicar sem que os demais entendessem e, então, poderiam, por exemplo, combinar o preço que seria cobrado dos clientes.

Entre os primeiros usuários da língua, Petry cita os irmãos Mingurus, o Lepra e o Lagarto, meninos, na época, de aproximadamente 15 e 16 anos. Petry relata que em sua família, a esposa Nancy Petry também aprendeu o linguajar, ensinada por um irmão. Chegou a usá-lo na rua com amigas,

dizendo em alguns momentos “lirfio da thurpa”, que significa “filha da puta”, além de usar para falar mal de outras meninas.

Os assuntos mais comentados entre os jovens que usavam a língua eram esportes e filmes. Comentava-se, ainda, em tom de gozação sobre pessoas que, principalmente aos domingos, circulavam pela Rua XV de Novembro, em Joaçaba, que estavam à procura de uma namorada ou um namorado.

Como ponto de lazer nos finais de semana, Petry cita a Rua Getúlio Vargas, onde ficava o Cine Imperial, estendendo-se até a loja Pernambucanas. Posteriormente, com a instalação do Cine Vitória, o trecho de encontro passou a ser entre esse cinema e o Bonato. O trânsito era fechado e nenhum carro circulava pelo local, que se tornava um espaço de convivência. Nesse mesmo trecho, havia ainda a famosa “Toca da Onça”, uma lanchonete e restaurante bastante frequentada.

Ele relembra também os gibis comprados na banca ou nos trens. Antes de começar a matinê, era comum trocá-los com os amigos para fazer a leitura. Durante a espera pelo início da sessão, até o momento dos *trailers*, pediam descontos na entrada para pagar mais barato – lembrança simples que marcou a juventude daquela geração.

NANCY PETRY - ESPOSA DO TAXISTA PETRY

Nancy Petry, esposa de Petry, relata que aprendeu o linguajar dentro de casa, ensinada pelo irmão. Com o tempo, passou a utilizá-lo na rua, principalmente em momentos de brincadeira, para mexer com pessoas que passavam. Entre as expressões mais usadas estava “Lirfio da thurpa” (“Filho da puta”).

Além disso, o linguajar também era empregado em conversas entre amigas, quase sempre em tom de deboche ou crítica, para falar mal de outras meninas sem que estas percebessem. Esse uso reforça o caráter reservado e identitário da gíria, criada, justamente, para que apenas os iniciados pudessem compreender seu sentido.

BETO – O FILHO DE UM COMERCIANTE

José Norberto D’Agostini, conhecido como “Beto”, foi engraxate na juventude e, mais tarde, tornou-se engenheiro civil. Nasceu em Herval d’Oeste em 5 de fevereiro de 1955, aprendeu o linguajar característico da região na própria estação ferroviária, especialmente nos finais de semana, quando exercia a função de engraxate e também nos momentos de lazer com os amigos no campo de futebol.

Seu pai era comerciante na época e exercia essa profissão na Rua Nereu Ramos, em frente à escadaria que dava acesso à estação ferroviária. Nesse ambiente, Beto sempre ouvia os mais velhos, como o Curinga, Beto Locateli, Nego Milito Soares, Mille e Thomas (o barbeiro), utilizarem o linguajar que haviam aprendido com gerações anteriores.

Relembra que essa forma de comunicação, exclusiva do município de Herval d’Oeste, surgiu como um recurso para que um grupo fechado pudesse conversar sem que os demais, alheios a eles, entendessem. Beto aprendeu o código quando tinha por volta dos dez a 12 anos, momento em que ajudava seu pai no comércio e convivia com o pessoal que prestava serviço de engraxate e maleiro na estação. Essa forma de comunicação somente foi usada no município de Herval d’Oeste, inexistindo em outros locais.

O linguajar era usado para falar de mulheres, esportes e outros assuntos cotidianos. As pessoas que não conheciam a forma de comunicação acabavam desconfiadas por acharem que eram delas que estavam tecendo comentários. O uso desse linguajar se restringe, hoje, a poucos amigos, em poucos momentos em que se reúnem e que o relembram.

TUPIRA – UM DOS PRINCIPAIS MENTORES DA FORMA DE COMUNICAÇÃO CRIADA

Tupirajara Adail Marcelino Mafra, conhecido como “Tupira” (já falecido), é considerado como um dos criadores do linguajar. Natural de Herval d’Oeste, foi maleiro e engraxate na estação ferroviária. Casou-se com Nadir Silva Mafra e era filho de Osvaldo Marcelino Mafra e Jurema Cabral dos Santos. Aprendeu a língua entre 1959 e 1960, quando tinha cerca de 17 anos. Relatou que a língua iniciou na estação, no convívio entre maleiros e engraxates, tendo como criadores, além dele próprio, Luiz Padilha, José Paz Padilha e os falecidos Corvo e Taraçi. Corvo, inclusive, foi morto pela polícia na Rua Castro Alves, antiga Rua Marcon.

Segundo Tupira, a língua foi criada para que os maleiros e os engraxates pudessem se entender, sem que os demais conseguissem compreender. Também servia como uma forma de despistar a polícia. O grupo chamado “Bando da Lua” era composto por esses meninos, e a língua também foi utilizada como forma de protegê-los em momentos de conflito com outros grupos. Usava-se a língua também para negociar com certos taxistas. Em certas ocasiões, pediam a motoristas como Petry (já falecido) que cobrasse um valor maior da corrida, de modo que parte ficasse como gorjeta para o garoto que havia conseguido o serviço.

O pai de Tupira era militar, mas o linguajar nunca era falado diante de militares, pois também servia para que os meninos conversassem sobre eles, sem serem entendidos. Segundo relato de Tupira, os policiais, por exemplo, não gostavam que os garotos fossem nadar no Rio do Peixe, pois eles nadavam pelados para não molhar o calção e evitar que suas famílias descobrissem, porque sofriam represálias. Também praticavam pequenos furtos, como os de frutas, o que irritava ainda mais os policiais. Estes desconfiavam do linguajar e tentavam arrancar explicações sobre o que estavam falando, mas eles sempre alegavam não saber o que estavam dizendo e não sabiam o significado das palavras.

Com o tempo, o linguajar se expandiu para além da estação ferroviária. Passou a ser usado pelos seus falantes em momentos como em jogos de futebol no interior (Sede Bélem, Sede Sarandi, Barreiros e Barra Verde), para que os moradores locais que participariam do jogo não entendessem as combinações das jogadas a serem realizadas e, assim, acabassem por perder o jogo. Também era usado para planejar furtos de espigas de milho, uvas e outras pequenas travessuras. Expressões surgiam a todo momento, como “groja na norzia” (traduzindo, “jogar na zona”), usadas para falar de mulheres, tomar a namorada de alguém, comprar cigarros ou pedir dinheiro emprestado.

Na família de Tupira, apenas o irmão Pirágua conhecia também o linguajar. Aos que não entendiam, o uso da língua causava estranheza: alguns riam, outros exigiam explicação, mas os falantes sempre alegavam estar falando coisas boas, o que nem sempre era verdade.

No caso de Tupira, o dinheiro que ganhava como maleiro e engraxate era usado para comprar uma bola, levar a namorada à matinê, pagar a pipoca, comprar o cigarro e tomar uma bebida. Sua família tinha condições financeiras para suprir suas necessidades, mas para muitos garotos da época, o dinheiro era fundamental para a sobrevivência.

Por tudo isso, Tupira é considerado um dos grandes criadores do linguajar, tendo vivido intensamente esse momento e que atualmente é reconhecido como parte importante da História do município de Herval d’Oeste. Foram os moleques da época, maleiros e engraxates que criaram todas as palavras, principalmente exercendo atividades na estação ferroviária. A língua continua viva até os dias atuais, preservada pelos membros do grupo que ainda se encontram e a utilizam em suas conversas.

THOMAS – ENGRAXATE, DEPOIS BARBEIRO

Thomas Pereira, conhecido como “Mortais” ou “Toraisme”, foi engraxate em sua juventude e, mais tarde, passou a trabalhar na barbearia de Nélio Bevilaqua, profissão que exerce até os dias atuais. Nascido em Caçador, cresceu em Herval d’Oeste, para onde se mudou em 1957, quando seu pai, ferroviário, veio transferido para o município. Sua mãe, Liduina dos Santos Pereira, natural de Tangará, era dona de casa. Thomas mantém, há vários anos, um relacionamento com Geonilse Glória Bilibiu.

Aprendeu o linguajar por volta dos 11 anos de idade, convivendo com os maleiros da estação ferroviária, entre 1959 e 1961. Segundo ele, a língua começou a ser criada principalmente por Tupira e Corvo, com a intenção de não serem entendidos pelas demais pessoas. Seu irmão Valmir também aprendeu o linguajar.

Segundo Thomas, muitas pessoas que ouviam a fala ficavam desconfiadas, imaginando que estavam sendo alvo de comentários. Perguntavam, então, o que os meninos estavam falando. Como eram moleques irreverentes, os falantes intensificavam ainda mais o uso da língua, justamente para provocar e irritar os curiosos.

Para ele, o linguajar acabou se perpetuando porque foi sendo transmitido de geração em geração, de pai para filho, recebendo ao longo do tempo a criação de novas palavras. Até hoje, Thomas utiliza em ocasiões específicas, principalmente quando algum cliente de sua barbearia, que também conheceu a língua em sua juventude, reconhece as expressões e puxa conversa. Ressalta, por fim, a importância de resgatar essa história, pois o linguajar fez parte da vida e do desenvolvimento cultural de Herval d’Oeste, especialmente entre aqueles que prestavam serviços na estação ferroviária.

AMARAL, POPULAR ADÃOZINHO OU BAIXINHO – DOMÍNIO DO LINGUAJAR

Com um grande domínio do linguajar, Osvaldino Rodrigues do Amaral, popularmente conhecido como “Baixinho” ou “Amaral”, ficou lembrando seus contos cômicos e envolventes. Na juventude, não tinha profissão definida: reunia-se com outros meninos e ia até a estação ferroviária com a finalidade de prestar o serviço de carregar malas e também vender alianças confeccionadas a partir de peças de automóveis. Relata que utilizavam uma bucha de automóvel, cortando-a e moldando-a no formato de aliança com o auxílio de esmerilho. Depois, poliam a peça com um pedaço de madeira e um cabo de aço, transformando-a em um objeto de valor. Segundo ele, era o Corvo que os ensinava tal técnica, ajudando-os a produzi-las.

Natural de Ouro, Baixinho veio para Herval d’Oeste ainda criança, com apenas cinco anos de idade. Seus pais eram Lipório Rodrigues do Amaral, pedreiro e natural de Machadinho (MG), e Constância Rodrigues do Amaral, doméstica vinda de Lages. Aprendeu o linguajar por volta dos dez anos, enquanto convivia com os colegas Padilha (Banlegue), Tupira (Policha), entre outros. Depois das aulas, costumavam jogar futebol e usar a língua criada para que ninguém mais os entendesse. Também a utilizavam quando prestavam serviços na estação, seja carregando malas ou vendendo alianças. Em uma dessas ocasiões, recorda-se da frase: “Mole, arove mirco raives copa uma larmia pa leva pa sede lonorco” (que traduzida fica: “Cara, agora eu vou apanhar uma mala para levar na casa do colono”). Seu apelido mais conhecido era Baixinho, mas os colegas também o chamavam de “Charbinho”.

Segundo Amaral, poucas pessoas dominavam, de fato, a língua usada quase que exclusivamente pelo grupo chamado Estrela. Para ele, o verdadeiro criador dessa forma de comunicação foi Padilha (Banlegue ou Banguela). A língua funcionava também como um marcador de diferenças entre grupos de jovens. Em certa ocasião, viajou para Curitiba e ouviu dois moleques que conversavam no linguajar: “Serde morne lede cherso de lonorco” (“Este cara tem um jeito de colono”). Ao perceber, respondeu de imediato: “Lonorco é o rucho do raibe” (“Colono é o cu do teu pai”). Surpresos, os jovens reagiram:

“E mole, serde braisse larafe também” (“E cara, ele sabe falar também”). Assim, descobriram que todos eles eram naturais de Herval d’Oeste e continuaram a conversa.

Baixinho lembra de pessoas que falavam o linguajar: Luiz Padilha, Tupira, Jair Adriano, Coringa, Minguru, Terrinha, os irmãos Locatelli, Dercilho, Teté, Adão, Birinha, os Kalinowskys, Moacir e o Corvo, que era um cara que brigava bem e exercia o papel de líder do grupo. Quando não estavam na escola ou na estação ferroviária, costumavam tomar banho no Rio do Peixe, no local chamado de “prainha”, ou jogavam futebol. Conversavam utilizando o linguajar em praticamente todos os lugares em que estavam, inclusive durante as aulas. Na família de Baixinho, apenas ele e o irmão dominavam a língua. Muitas vezes, usavam-na também para tecer comentários dos outros como ele exemplifica: “Ó o canapracio do mole” (“Olha o sapato do cara”), fato que geralmente fazia com que as pessoas se ofendessem, já que não tinham a mínima ideia do que estavam falando. Ou diziam: “A mole, mirco raives lecha a cerda rusmié porque rocharinsio de leda” (“Cara, vou chegar na mulher porque estou a fim dela”).

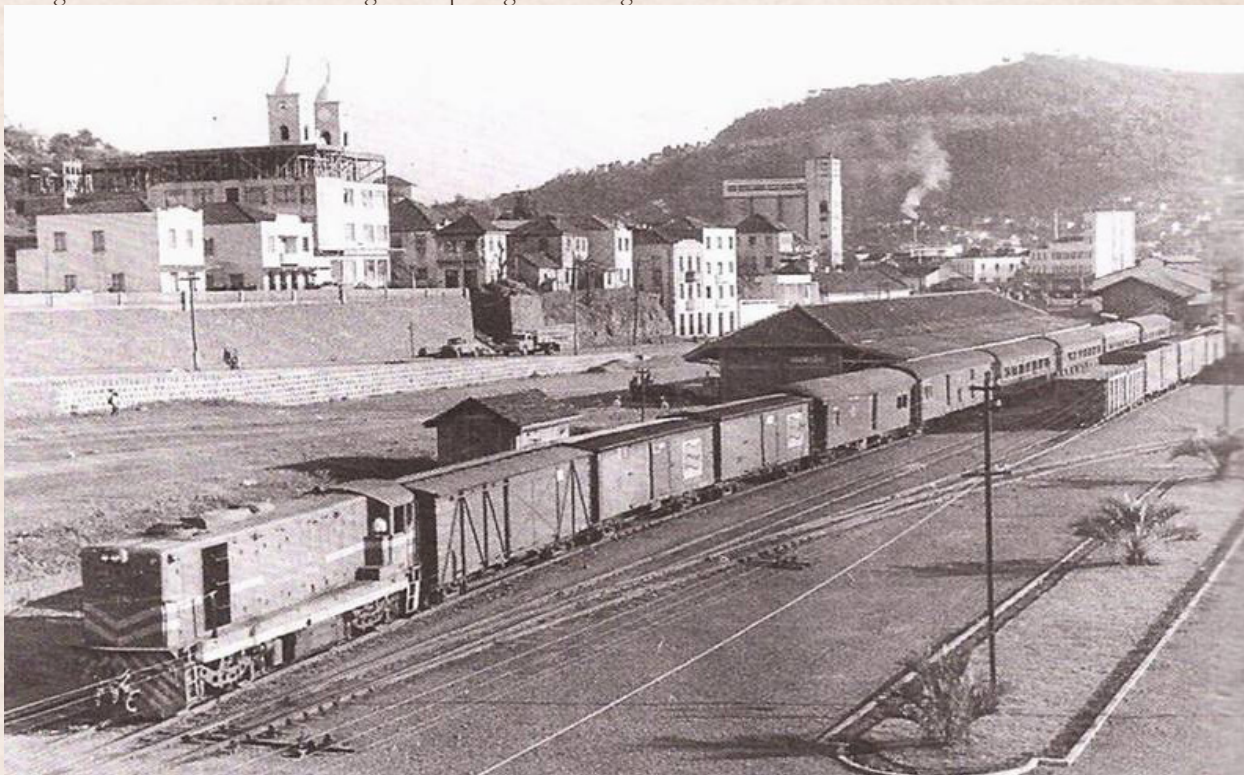
Esse conjunto de memórias, mais do que histórias individuais, constitui um verdadeiro registro histórico e cultural. O próprio Amaral reconhece o valor de compartilhar seus conhecimentos, reforçando que conhecimento não socializado é conhecimento perdido.

Além da linguagem, Baixinho relembra aspectos da vida simples da época. Seu irmão já frequentava a estação e tinha à amizade com Getúlio e outros colegas. Muitos deles, como Tupira e Pirágua, também se destacavam no futebol, integrando o time Casco Escuro, que mais tarde se tornou o Polar, patrocinado por Jango Campagnolo (já falecido), representante da cerveja da época.

A infância de Amaral era bem humilde. Perdeu a mãe quando tinha dois anos e foi criado pelo pai, junto com o irmão, em meio a muitas dificuldades. Lembra que seu primeiro calçado fechado, do tipo “sete vidas”, só conseguiu aos 12 anos de idade, depois veio o chinelo de dedo. O pai, contudo, transmitia valores de honestidade, dizendo sempre que: “Nós somos pobres, mas tem que ser gente. Se você quer uma laranja, não tem que pegar sem pedir, tudo tem dono”. A família se mudou para o atual bairro de Santo Antônio, que era a antiga Coxilha Seca. Esse nome foi dado devido à falta de água no local. O poço mais próximo ficava no potreiro do Borsói, de onde o menino ia buscar baldes de água para levar para casa à noite.

Foi uma vida difícil, marcada por privações, mas também por aprendizados que jamais se apagarão da memória. Trabalhou em várias ocupações desde cedo, inclusive como engraxate nos anos de 1962 e 1963, experiência que guarda como parte fundamental da sua trajetória de vida.

Fotografia 20 – Vista da cidade. Vagões de passageiros e cargas



Fonte: acervo Família Zampirão. Nota: essa imagem tem um simbolismo histórico, os vagões de carga com os de passageiros, ao fundo a fumaça do Frigorífico Pagnoncelli, na parte à esquerda, a construção do Colégio São José, a Cibrazem, e a casa onde morava a família de Amaral na década de 1970.

NICO – O REGISTRO DO LINGUAJAR

Apesar de ter vivido um pouco distante do ambiente em que se originou o linguajar, foi importante o registro das principais palavras na Fundação da Biblioteca Nacional. Antonio Dalla Costa, conhecido como “Nico”, era estudante e vivia uma vida como todos na época, sem muita ocupação. Hoje é aposentado, trabalhou 27 anos na fiscalização da fazenda. Nasceu no interior de Herval d’Oeste, na localidade de Barreiros. É casado com Cirlei Durigon. Seus pais são Luiz Dalla Costa, que era de Santa Maria, madeireiro, e Narcisa Maria Dalla Costa, de Bento Bandeira, que era doméstica. O pai de Nico foi prefeito de Herval d’Oeste.

Segundo relatos de Nico, a língua era reprimida pelos pais, por ser considerada “coisa de malandro” como diziam, “de moleque, marginal”. Com o tempo, até a sua mãe e a sua irmã passaram a utilizá-la, embora seu pai sempre se mantivesse contra.

Por volta dos quatro anos de idade, Nico mudou-se com a família para a área urbana da cidade de Herval d’Oeste. Ali, já no final da década de 1950 e início de 1960, entrou em contato com o linguajar, especialmente por meio das conversas de frequentadores do antigo bar do Giusti, como o falecido Neco, o falecido Dolaia, o Sapo e o Remi Raposa.

Para ele, o linguajar surgiu entre os adolescentes que viviam à margem da sociedade, como um movimento social espontâneo e que nunca chegou a ser registrado por escrito. A região havia sido colonizada por europeus que, em sua maioria, mantinham o idioma de origem, enquanto os jovens nativos sentiam-se em posição inferior aos europeus. O linguajar, nesse contexto, foi também uma forma de reagir a essa discriminação: começaram a mudar pronúncias das palavras e criar essa nova forma de comunicação. Isso ocorreu também por revolta e por rebeldia, mas não por confronto direto e pessoal. Como muitos imigrantes não falavam o português, os meninos, especialmente os maleiros e engraxates, temiam ser enganados e, por isso, passaram a usar um linguajar próprio, para que somente o grupo compartilhasse informações necessárias e que os demais não pudessem entender.

Nico salienta que não houve um criador único do linguajar. Ele era usado pelos trabalhadores do Pagnoncelli, pelos estivadores que atuavam dos vagões do trem, nas cargas e descargas de madeira e pelos maleiros e engraxates. A faixa etária dos falantes variava entre 15 e 25 anos. O uso não se restringia à estação ferroviária: expandia-se por vários bairros da cidade. No entanto, havia variações: os jovens da região do quartel falavam de forma um pouco diferente, assim como os da parte alta da cidade, próxima ao Tropical, e a Volta do Maurício. Já no interior, a língua não era utilizada. Em Joaçaba, o linguajar não se consolidou, em parte pelo preconceito, já que era considerado “coisa de malandro”. Joaçaba era mais elitizada, e Nico estudou no Colégio Frei Rogério, lugar em que ninguém falava o linguajar.

Na própria família, todos os seus irmãos dominavam a língua, e até sua mãe utilizava em momentos de bronca, como quando os xingava dizendo “lirfio da thurpa” (“filhos da puta”). O linguajar era empregado para falar sobre todo tipo de assunto, mas exigia cuidado: em sala de aula, por exemplo, era preciso prestar atenção para não misturar inadvertidamente as palavras inventadas com o português. Entre os mais velhos, alguns chegavam a considerar que a língua era “coisa do demônio”, reforçando a resistência cultural à sua prática.

Segundo Nico, a língua ainda permanece viva, mesmo que hoje seja usada de forma esparsa, com palavras isoladas que surgem em conversas ocasionais entre velhos amigos. Ele explica que a língua nunca teve termos para tudo, por isso eram criados os chamados “rinsios” – palavras inventadas, formadas de maneira a se encaixar bem na frase.

É possível, para Nico, resgatar o linguajar e ainda salienta que no Estado de Minas Gerais também tem uma língua parecida. Ele informa que, atualmente, existem poucos amigos da época para conversar, então, acaba falando uma palavra ou outra no meio de uma conversa, mas não com continuidade como acontecia na época. Atualmente, Nico dedica-se a uma pesquisa pessoal, registrando e anotando palavras para a construção de um dicionário, juntamente com a história desse linguajar. Para ele, seria importante formar um grupo de trabalho que desse continuidade a essa preservação.

Observamos que Nico tinha uma posição social melhor que a maioria dos seus amigos e que todos os seus irmãos tinham domínio do linguajar. A família Dallacosta, mais estruturada, participou ativamente desse contexto, com exceção do pai (ex-prefeito), ligado à Igreja e às normas sociais vigentes, ele representava a parte da sociedade que não aceitava formas de comunicação tidas como marginais. Ainda assim, o fato de os demais membros da família dominarem o linguajar demonstra que, apesar da diferença de classe, estavam profundamente inseridos nessa história coletiva.

CARLÃO – O FILHO DE FERROVIÁRIO

Carlos Adão Tratske, o Carlão, conviveu diretamente com muitos dos meninos que falavam a língua. Hoje já falecido, deixou relatos marcados com posições bem pessoais desses momentos vividos na juventude.

Filho de pais oriundos do Paraná (o pai foi carpinteiro ferroviário e a mãe, dona de casa), Carlão aprendeu o linguajar com a “gurizada” de oito a dez anos de idade, por volta da década de 1950. Não soube dizer quem havia iniciado a língua, mas recorda que o objetivo era, principalmente, driblar a vigilância da polícia. A fiscalização era intensa, sobretudo quando os trens de passageiros chegavam, por causa dos chamados vagantes. Herval d’Oeste e Joaçaba eram polos para quem se destinava a outras regiões do Oeste catarinense e ao Planalto, o que aumentava o movimento na estação.

O serviço de carregar malas, no entanto, era restrito. Somente os maleiros registrados na rede ferroviária possuíam uma placa de bronze, afixada no boné, que lhes dava o direito de exercer a função. Para os meninos que atuavam sem registro, como Carlão, isso significava disputar espaço com trabalhadores que sustentavam suas famílias. “Nós tirávamos o pão deles”, dizia, lembrando que, em sua casa, a situação era difícil: o salário do pai chegava a atrasar até seis meses, enquanto a mãe buscava complementar a renda com costuras, e o pai fabricava móveis rústicos. Diante disso, Carlão pegava malas para garantir algum dinheiro no fim de semana.

Quando o movimento de malas era fraco, ele recorria a outras atividades: vendia pastéis, ovos cozidos e cucas para a família Kalinowski. Também anunciava o café para os passageiros, gritando “Olha o ponto do café!”, já que, entre Videira e Herval d’Oeste, o trem levava cerca de três horas, e aquele era o último ponto de parada para os viajantes. Ganhava, assim, alguns trocados de Dona Olga Kalinowski. Mais tarde, sua mãe chegou a registrá-lo na rede ferroviária, pagando imposto para que pudesse vender frutas e pipocas na estação. Carlão recordou com detalhes a cena em que assobiava para a mãe, pedindo que preparasse rapidamente mais pipoca, pois seu estoque havia acabado.

Entre os que dominavam o linguajar nesse período, ele citou nomes importantes: o Corvo, o Tarasi, o Tupira, o Moacir, o Boi (Gerson), além de grupos da região do Quartel e da Vila Operária (atual Vila Rica). Muitos deles eram conhecidos pelas brigas, o que fazia com que Carlão evitasse frequentar esses lugares. Ainda assim, esses grupos apareciam de tempos em tempos na estação, espaço que, segundo ele, nunca chegaram a dominar por completo. Era “o pedaço” dos meninos dali, como Carlão se referiu.

MOACIR – O CONHECEDOR PROFUNDO DO LINGUAJAR

Moacir Martins conhece profundamente o linguajar e as pessoas envolvidas nos momentos de sua criação, manifestando o desejo de que essa história tenha continuidade. É aposentado da Celesc há 30 anos. Nascido em Herval d'Oeste, no bairro Vila Rica, é casado com Lurdes Baréa Martins. Filho de Adão Martins e Deometilde Varela Martins, vindos do Paraná, Moacir recorda que seu pai trabalhou inicialmente no Frigorífico Pagnoncelli e, mais tarde, atuou como policial.

Moacir relata que aprendeu a língua, ainda na infância, por volta dos dez anos, em diferentes espaços de convivência: nadando no Rio do Peixe, assistindo às sessões de matinê no cinema e convivendo com os colegas na estação ferroviária. Entre os que já dominavam o linguajar estavam Padilha, o Tio Nonore (Antenor), Tupira e Gerson, conhecido como “Boi”. Segundo ele, a origem da língua está ligada ao ambiente da ferrovia, mas seu autor permanece desconhecido. A língua era falada tanto em Joaçaba quanto em Herval d'Oeste, especialmente na estação ferroviária, onde circulavam três trens: dois mistos e um direto. O linguajar também era usado nas partidas de futebol e entre os meninos que carregavam malas, como Minguru, Airton e Tupira. Moacir acrescenta que sua esposa também fala e compreende bem essa forma de comunicação.

Os temas mais comuns tratados no linguajar giravam em torno de futebol ou de pequenos furtos de lenha no Pagnoncelli. Até hoje, ele afirma que ainda pratica a língua com amigos e até mesmo com seu neto. Ressalta a importância de não deixar o linguajar morrer, pois considera que ele faz parte do patrimônio cultural do município de Herval d'Oeste. Para ele, deveria haver iniciativas que garantissem a transmissão dessa herança, com aulas e projetos de ensino sobre a língua.

Um episódio significativo ocorreu no dia 6 de novembro de 2002, quando Moacir e Tupira se reuniram com o autor deste trabalho na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste para registrar cerca de 100 palavras do linguajar. Naquele encontro, os dois líderes se emocionaram: primeiro, pelo

reencontro após tantos anos; segundo, pela oportunidade de, juntos, abrirem caminho para esta pesquisa. Agradecemos a eles por serem verdadeiros mentores dessa história. Segundo Thompson (1992), “Em casos importantes ela (a vida) pode ser utilizada para transmitir a História de toda uma classe ou comunidade, ou transformar-se num fio condutor ao redor do qual se construa uma série extremamente complexa de eventos”.

BOI – MALEIRO, ENGRAXATE E ESTIVADOR DOS VAGÕES DO TREM NA FERROVIÁRIA

Boi, de nome Gerson Pereira, foi maleiro, engraxate e estivador dos vagões de trem na estação ferroviária. Possui grande domínio sobre o histórico do linguajar e é considerado uma das figuras centrais em sua preservação. Hoje é aposentado da Celesc. No passado, jogou no time Comercial nos anos de 1966 e 1967. Nascido em Herval d'Oeste, é filho de Luiz Pereira da Silva e de Ilda Pereira, descendente de bugres e índios. Sua mãe foi operária trabalhando na fábrica de Fósforos Líder de Herval e também na cozinha do Clube 10 de Maio. O pai, alcoólatra, acabou abandonando a família.

Boi aprendeu a língua entre os nove e dez anos de idade, em Herval, na região conhecida como Morro do Sono, próxima ao quartel. Segundo ele, o linguajar foi criado na ferroviária pelos maleiros, engraxates e batedores de prancha, sendo Tupira lembrado como um dos principais criadores.

Relata que, em sua família, o tio Vítor Pereira falava muito bem o linguajar, assim como seus irmãos Nelson e Guaipará. A língua era usada em diferentes contextos: para falar, entre outros assuntos, sobre traição de homens e mulheres, comentar sobre roubos de frutas e até mesmo em situações de conflito com a polícia, quando os meninos utilizavam o linguajar para dar depoimentos. Também servia para combinar preços entre eles. Quem não conhecia a língua, acabava ficando desconfiado, perguntava o que estava sendo dito, mas raramente recebia explicação. Boi lembra ainda que chegaram a compor músicas no linguajar. Até hoje ele a utiliza, não a esqueceu, e manifesta o desejo de incentivar sua preservação, sugerindo inclusive a criação de um dicionário.

Durante a entrevista, Boi mostrou-se inicialmente calado e desconfiado. Depois de algum tempo, foi se soltando e perguntou: “Quanto você vai ganhar com isso?”. Apesar de conhecer o entrevistador, completou: “Chico, tem que dividir”. Foi necessário explicar que se tratava apenas de uma pesquisa.

Esse comportamento remete a reflexões sobre uma época e uma etnia. Boi, sendo descendente de bugres e índios, traz em sua história a vivência da exploração da mão de obra barata. O professor Frank Marcon, em uma aula de Antropologia, disse: “O homem e seu tempo, pode não escrever a história, mas na sua mente, está registrado o que foi vivido”. A atitude de Boi parece refletir o que foi sentido pelos seus avós e pais em tempos de opressão e resistência.

TINO – UM MENINO SOFREDOR

Tino, José Padilha, foi um dos criadores do linguajar, embora mais tarde tenha perdido parte do domínio dessa forma de comunicação. Viveu, como poucos, o extremo de uma infância marcada pelo sofrimento. O apelido “Tino” surgiu porque, quando criança, seu irmão achava-o parecido com o artista de cinema Tino Rossi.

Músico, iniciou sua trajetória no Clube dos Pretos (Ticoco) tocando pandeiro. Mais tarde, ganhou de sua esposa um violão e aprendeu a tocá-lo, fazendo até hoje suas modas de viola. Na juventude, Tino vendia frutas na porta do Pagnoncelli e carregava malas. Atualmente, trabalha como pintor. É casado com Zelinda Terezinha Subtil Padilha. Seus pais, Gregório e Domicília Padilha, vieram de Faxinal dos Padilha, Espinilho (Campos Novos), região considerada perigosa na época. O pai, homem violento, acabou sendo morto.

Tino aprendeu o linguajar ainda moleque de rua. Os meninos, reunidos na pracinha, começaram a inventar palavras ao acaso. Davam nomes a árvores ou postes que somente eles compreendiam. Assim, surgia um vocabulário exclusivo, usado para que não fossem entendidos por quem estava de fora. Relata que, quando eles queriam “larfia” alguma coisa, só eles entendiam. O linguajar foi inventado por eles mesmos, salienta, sem regras ou orientações. Relata que tiveram vontade de criar uma língua para que os outros não entendessem. Ele ajudou a criá-la. Muitas vezes, esperavam os ônibus de Chapecó em Joaçaba e, quando chegava a hora do trem, seguiam para Herval para carregar malas até os hotéis. Os clientes pediam hospedagens baratas, mas os meninos os levavam ao Hotel Joaçaba, considerado o mais “chinesa” (chique) da cidade, pois recebiam comissão de Germano Ristau, o proprietário. Além disso, Tino vendia laranjas, engraxava sapatos e atuava como maleiro, ajudando a sustentar sua família.

Com cerca de dez anos de idade, dividia os dias entre a rodoviária, a ferroviária e a pracinha, sempre em meio a outros meninos que falavam bobagens e praticavam a gíria recém-criada. Na família,

apenas ele dominava a língua. Morou em Capinzal com o irmão mais velho, onde sofreu violência do cunhado e também do próprio irmão, mudando-se depois para viver com uma irmã. Ele sempre destacou que o linguajar nasceu da iniciativa dele, Tupira, Augusto, Gringo e Corvo – este último considerado o briguento e líder do grupo. Outros nomes como Valdemar Dalanhol, Airton e Minguru também participaram dessa criação. Nas palavras de Tino: “Quem inventou foi nós memo. Ninguém ensinou nós, fomos aprendendo um pouco por dia por nós memo. Eu ajudava no sustento da casa levando mala, vendendo laranja e engraxate”.

Vindo do Espinilho, lugar considerado violento, Tino se tornou uma figura central na origem da gíria. Hoje, enfrenta dificuldades físicas e sociais e já não consegue se expressar como antes, mas guarda a lembrança de ter sido um dos criadores. Orgulhava-se de viver em meio aos jovens e ser um de seus líderes. Ele mesmo reconheceu: “A gente era moleque de rua, começamos a inventar palavras na pracinha de Herval, fizemos igual aos bugres, quando eles falam ninguém entende”.

Observamos, portanto, que o raciocínio dos meninos da época estava ancorado na ideia de pertencimento e identidade: se bugres, italianos e alemães possuíam línguas próprias que outros não compreendiam, eles também tinham o direito, e até o dever, de criar uma língua própria.

Os relatos sobre Tino impressionam pelo vigor e a simplicidade. A juventude desses meninos não foi marcada por drogas ou por crimes graves, mas pela molecagem e pelo trabalho árduo. Antônio Zampirão, guarda-chaves da ferrovia, ficava furioso quando eles apareciam, mas todos reconheciam que trabalhavam muito para sobreviver. Curiosamente, dentro das famílias, nem todos os irmãos praticavam o linguajar. No caso de Tino, apenas ele, entre oito irmãos, dominava a língua. Segundo Le Goff (1990), “a memória de um indivíduo é um ponto de partida de uma parte do todo que é a memória coletiva”.

RESGATANDO A LÍNGUA CRIADA



Depois de todos esses dados preciosos, registrados na íntegra enquanto documentação para a preservação histórica da criação e do desenvolvimento do linguajar próprio dos maleiros e engraxates, apresentamos, a seguir, um pouco do vocabulário elaborado pelos garotos da época, cuja inventividade deu origem a uma nova língua.

É importante destacar que a tradução dos termos apresentados não é única. Algumas palavras sofreram alterações ao longo do tempo e existem divergências entre os que iniciaram o linguajar e os que, posteriormente, passaram a utilizá-lo. Esse processo de ressemantização, natural em línguas orais, ocorreu tanto na pronúncia quanto no significado das palavras.

Para a descrição de tais verbetes, obtivemos a colaboração de diversos entrevistados, aos quais se registram sinceros agradecimentos. Entre eles, destacamos Tupira (Tupirajara Adail Marcelino Mafra), um dos criadores do linguajar; Moacir Martins, cuja participação foi fundamental em diferentes momentos desta pesquisa; e também Antonio Dallacosta (Nico), responsável por fornecer o material por ele registrado oficialmente na Fundação da Biblioteca Nacional (Registro: 248.722, Livro: 442, Folha: 432, em 8 de janeiro de 2002).

Meses do ano

Janeiro – *Lanergio*

Fevereiro – *Lefelerveio*

Março – *Tiarcio*

Abril – *Alirpio*

Maiio – *Larmio*

Junho – *Nurgio*

Julho – *Lurgio*

Agosto – *Lanostio*

Setembro – *Lenensbrio*

Outubro – *Lenunsbrio*

Novembro – *Lonerbrio*

Dezembro – *Losnembrio*

Números ordinais

Primeiro – *Lirpieiro*

Segundo – *Crisiundo*

Terceiro – *Letiercio*

Quarto – *Tiarço*

Quinto – *Tinrcio*

Números cardinais

1 – *Urco*

2 – *Zordio*

3 – *Zertie*

4 – *Tiarco*

5 – *Crincio*

6 – *Reice*

7 – *Tiércce*

8 – *Tioilo*

9 – *Groile*

10 – *Zérdio*

20 – *Tinve*

50 – *Crincienta*

100 – *Rence*

1.000 – *Riusme*

Vocabulário mais utilizado

Amanhã – *Arosmiã*

Amante – *Amarintia*

Anus (Cu) – *Ruque*

Assunto – *Atiursso*

Avô/ó – *Arovia/a*

Banguela – *Banerquia*

Bastante – *Bartiante*

Barbante – *Thasbante*

Baixo – *Charbio*

Beber – *Bereube*

Bom – *Rombe*

Boneca – *Bunerquia*

Borracha – *Larbiacha*

Bravo – *Brarimbio*

Broxa – *Bronirchio*

Burro – *Rubio*

Cabeça – *Cacertia*

Cachaça – *Cobracha/Catiarça*

Cadeia – *Canerdia*

Cadeira – *Lanerquia*

Calção – *Caronce*

Camisa – *Braiquisa*

Carro – *Raquio*

Casa – *Zarquia*

Casar – *Zarquir*

Certo – *Cenirtio*

Cigarro – *Crivo*

Cobiçada – *Cabinarcia*

Coisa – *Zorquia*

Colono – *Lionorquio*

Comida – *Rango*

Correr – *Roquer*

Cueca – *Zoribia*

Cunhado – *Rudiarco*

Dar – *Radiar*

Demais – *Deraisme*

Dia – *Ridia*

Dinheiro – *Lirpia*

Dono – *Nordio*

Dormir – *Nurmir*

Ele – *lede*

Embora – *Enlorbia*

Engraxate – *Engrarexe*

Escrever – *Escrenerve*

Falar – *Larfia*

Faca – *Craifia*

Ferro – *Lérfia*

Filho/a – *Lirfia/a*

Flor – *Florincia*

Fósforo – *Forincio*

Fogo – *Groiffo*

História – *Linorcia*

Homem – *Mole*

Irmão/ã – *Melão/ã*

Jogar – *Grojar*

Ladrão – *Borrão*

Livro – *Tirvio*

Louco – *Croilo*

Mãe – *Raime*

Mala – *Larmia*

Mão – *Rome*

Macaco – *Matiarco*

Matar – *Manartia*

Me dê – *Me Radeia*

Meio-dia – *Resmio Ridia*

Meretrício (Zona) – *Norzia*

Mesa – *Resmia*

Meu – *Mirco*

Merda/fezes – *Tiosba*

Meu – *Reume*

Mulher – *Rosmié*

Mulher bonita – *Rombia*

Não – *Rone*

Negro – *Grenio*

Noite – *Tiorne*

Ovo – *Groivo*

Pai – *Raipe*

Pão – *Rompe*

Peixe – *Xerpio*

Pênis (Pau) – *Raupe*

Pegar – *gopar*

Polícia – *Trusca*

Pouco – *Porinquio*

Prostituta – *Tiurpa*

Relação sexual – *Diorfar*

Rio – *Rintio*

Sabe – *Saraube*

Saber – *Braicar*

Sapato – *Canapracio*

Sem dinheiro – *Lerpiado*

Sereno – *Lenercio*

Sim – *Sirne*

Sofrer – *Sonerfe*

Ter – *Renche*

Terra – *Lertia*

Trabalhar – *Batalhar, Trampar*

Trem – *Trenisio*

Vagina – *Bucrancia*

Vai – *Raives*

Vazo – *Rasvio*

Velho – *Lérvio*

Veado – *Vibrailo*

Vida – *Tirvia*

Você – *Voresque*

Vou – *Roivos*

Documentário

Abacaxi – *Bachariuche*

Abraço – *Abraição*

Alemão – *Alerome*

Amanhã – *Rosmiã*

Amante – *Amarintia*

Aqui – *Acriude*

Aquilo – *Alirquio*

Assunto – *Atiunrso (assurintio)*

Avô/ó – *Arovio/a*

Baixinho – *Charbinho*

Bala – *Lárbia*

Banana – *Larbiana/Charbana*

Banguela – *Banlequia*

Banho – *Rãmbio*

Baralho – *Larárbio/Larbaio*

Barbeiro – *Barerbio*

Bastante – *Thasbante*

Batata – *Tharbata*

Bater – *Bareuche*

Bêbado – *Therbo (dierbo)*

Bebeu – *Bereube*

Bem – *Rembe*

Bicha – *Chírbia*

Bicho – *Chírbio*

Bilboquê – *Biborenuque*

Bola – *Lórbia*

Bolacha – *Lorbiacha*

Bolinha – *Lurbica (Lorbinha)*

Bolo – *Lorbio*

Bom – *Rombe*

Bom – *Rômbio*

Boné – *Boreuche*

Boneca – *Bunerquia*

Bonitão/a – *Bunirontche*

Borracha – *Brocharbia*

Bosta – *Thosba*

Braço – *Braição*

Bravo – *Brarimbio*

Broxar – *Brorauche*

Bucho – *Chúrbio*

Bulica – *Lurbica*

Bunda – *Chumba/Lordo (tiumba)*

Buraco – *Bucrãilo/Lurbiáco*

Burro – *Rubio/Rúrbio*

Buscar – *Burasque*

Beber – *Berebe*

Cabeça – *Branquercia/Cacerbia*
Cabelo – *Calerbio*
Cachaça – *Cabracha*
Cachorro – *Charcoro*
Cadeia – *Diareca- Diarequia*
Cadeira – *Diaureuca/Lanerquia*
Café – *Caréufe*
Calça – *Zarquia*
Calção – *Caronce*
Camisa – *Marquisa/ Zarmiquia*
Cantar – *Chançar*
Capilé – *Capiléutche*
Capitão – *Capirontche*
Carne – *Nárquia*
Carro – *Raquio*
Carteira – *Tchaureuca*
Casa – *Zarquia*
Casar – *Zarquiar*
Catecismo – *Catemircio*
Cavalo – *Calárvio*
Cebola – *Leçorbia*
Cerveja – *Breçaja*
Chão – *Ronche*
Chapéu – *Chareupe*
Chegar – *Greissar*

Chicletes – *Chireique*
Chover – *Choreuve*
Chupador – *Chuparodbe*
Chupar – *Churaupe*
Chutar – *Churautcha*
Chuteira – *Chureutcha*
Cigarro – *Crivo/ Grissáro*
Cinema – *Minêrcia*
Cobiçada – *Broquirciada*
Coca-Cola – *Tchorca Lorca*
Coisa – *Zorquia*
Colono – *Lbonorco/ dionorco/ Lonorquio*
Comer – *Coreme*
Comida – *Rango*
Comprar – *Thompa*
Compreender – *Comprereudbe*
Contar – *Thioncar*
Conto – *Thonco*
Conversa – *Lárfia*
Correr – *Roquer*
Coxa – *Scorquia*
Cunhada – *Rudiarca*
Certo – *Cerintio*
Cunhado – *Rudiarco*

Dar – *Radiar*

Deixar – *Derautche*

Dela/e – *De Leda/e*

Delegado – *Delerguiado*

Demais – *Desarme*

Depois – *Deroispe*

Descer – *Dereusse*

Dia – *Ridia*

Dinheiro – *Nibra*

Dono – *Nordio*

Dormir – *Dirime*

Dormir – *Nurmir/Murdir*

Duro – *Rúdio*

Ela – *Leda*

Ele – *Lede*

Em baixo – *Em chárbio*

Em cima – *Em mírcia*

Embora – *Emlórbia/Irobia*

Emprestar – *Entchespar*

Engraxar – *Engrarauche*

Engraxate – *Engrarexe*

Entender – *Entenreudbe*

Esconder – *Escoreudbe*

Estação – *Estaronse*

Este – *Serde*

Eu – *Mírco*

Faca – *Grifia/Nárfia*

Facão – *Faronque*

Fala – *Lárfia*

Fazer – *Fareuse*

Feijão – *Feronje*

Feio – *Lerfio*

Ferro – *Lérfio*

Filho/a – *Lirfio/a*

Ficar – *Firauque*

Flor – *Rorinzia*

Fogão – *Forongue*

Fogo – *Groifo*

Foi – *Roife*

Fora – *Lorfia*

Fósforo – *Foríncio*

Fulano – *Morne/Móile*

Fumar – *Murfiá*

Fumo – *Múrfio*

Gibi – *Giriube*

Gostou – *Gorostche*

História – *Linórstia*
Homem alto – *Titarondhe*
Hospital- *Hospirauchte*

Inchado – *Incharíndio*
Irmã/ão – *Melã/ão*

Jacu – *Jaruque*
Jogar – *Grojar*
Jogo – *Grojo*

Ladrão – *Borrão*
Leitão – *Lerontche*
Limão – *Lirome*
Livro – *Tirvio*
Louco – *Croilo*

Macaco – *Matcharco*
Maconha – *Maronquia*
Mãe – *Raime*
Mala – *Larmia/Lármia*
Mão – *Rome*
Matar – *Chasma*
Me dê – *Me Radia*

Meia – *Resmia*
Meio – *Lermio*
Meio-dia – *Meio ridia*
Menina/o – *Resmina/o*
Mentira – *Miritcha*
Meretrício – *Norzia*
Meu – *Mirco – Reume*
Mijar – *Chirmiar*
Minha – *Rímia (mirca)*
Missa – *Sirmia*
Moça – *Sormia*
Morcilha – *Munircia*
Mortadela – *Mortalérdia*
Mula – *Lúrmia*
Mulher – *Rosmié/Lurmié*
Mesa – *Resmia*
Mulher bonita – *Rombia*

Namorada – *Grínfia*
Não – *Rone*
Negro – *Grenio*
Noite – *Noirintia*
Noite – *Tiorne*

Ovo – *Vroilo*

Pacote – *Patchorque*

Pai – *Raipe*

Palhaço – *Larpiaço*

Pão – *Rompe*

Papel – *Peréupe*

Passar – *Parausse*

Patrão – *Parontche*

Pé – *Réupe*

Pedaço – *Peçardio*

Pegar – *Gopar*

Peido – *Theibo*

Peixe – *Xerpio*

Pelado – *Lerpiado*

Pelo – *Lêrpio*

Pena – *Nerpia*

Pente – *Tchempe*

Pentelho – *Tchempeio*

Perder – *Pereudbe*

Pescar – *Perasque*

Pescoço – *Perosquio*

Piá/Guri – *Piárro*

Pica – *Ramé*

Picolé – *Picoréutche*

Polenta – *Lorpianta*

Polícia – *Lurpícia/Thusca/Trusca*

Ponta – *Tchompa*

Ponte – *Tchompe*

Porque – *Poreunque*

Porta – *Tchorpa*

Pouco – *Porinquo*

Prefeito – *Pererfio (pretierfo)*

Prefeitura – *Preferutchia*

Professor/a – *Proferosquia/Proferorse/a*

Pulo – *Lúrpio*

Putá – *Tiurpa/Purintia*

Qualquer – *Quarénque*

Quem – *Renque/Tchenque*

Quer – *Réunque*

Quilo – *Lírquio*

Real – *Thonco/Grana*

Repolho – *Relorpio*

Revólver – *Relórvio*

Rio – *Riorinsio*

Roubar – *Brauchar/Borrar*

Sabão – <i>Sarompe</i>	Terra – <i>Lertia</i>
Sabe – <i>Braice/Bráisse</i>	Teu – <i>Reutche</i>
Saber – <i>Braicer</i>	Tua – <i>Rutchá</i>
Saco – <i>Cráicio</i>	Tio – <i>Nirtchio/Rintche</i>
Sacola – <i>Salórquia</i>	Tomar – <i>Torame</i>
Salame – <i>Larciamé</i>	Trabalhar – Batalhar – <i>Braucaia/Trararbiá</i>
Sapatão – <i>Saparontche</i>	Trabalho – <i>Trarárbio</i>
Sapato – <i>Canapracio/Canapraisso</i>	Trem – <i>Trenisio</i>
Segurar – <i>Grunbar</i>	Trocar – <i>Trorauque</i>
Sem dinheiro (Duro) – <i>Rudio</i>	
Sereno – <i>Lercenio</i>	Vagina – <i>Bucrancia</i>
Sexo – <i>Diorfar</i>	Vai – <i>Raives</i>
Sim – <i>Sirne</i>	Vaso – <i>Rasvio</i>
Sofá – <i>Soraufe</i>	Velha/o – <i>Lérvia/o</i>
Sofrer – <i>Broicer</i>	Venha – <i>Rennia</i>
Sogra/o – <i>Gróissao</i>	Vez – <i>Reives</i>
Sopa – <i>Sorpia</i>	Vida – <i>Tirvia</i>
Subir – <i>Suriube</i>	Você – <i>Voresque</i>
Sumir – <i>Suriume</i>	Vou – <i>Roivos</i>
Também – <i>Tarembé</i>	Xepa – <i>Brecha</i>
Telefone – <i>Teleronfe</i>	Xicara – <i>Cricha</i>
Televisão – <i>Televironze</i>	
Tem – <i>Rentche</i>	Zarpar – <i>Zaraupe</i>
Ter – <i>Renche</i>	Zona – <i>Norte</i>

PARA FINALIZAR

Compreender, através deste livro que estamos apresentando, o que de fato permeou todo o universo do dia a dia dessa gente de origem humilde, de costumes simples, muitas vezes deixada à margem do processo cultural, social, histórico e educacional, é permitir que possam se expressar e contar esses momentos vividos.

A História Oral forneceu o embasamento científico necessário. Apoiamo-nos nas aulas de Antropologia do professor Frank Marcon e nos relatos dos excluídos, que puderam, assim, manifestar-se e registrar o que com eles se passou.

Certamente, outras pesquisas com esse tema ainda deverão surgir, como o dicionário da “Larfiagem da família Tratsk”, o filme de Gabi Brezola “Meu TCC Unoesc”. Este foi apenas um passo, mas quero deixar registrado, nesta conclusão, que ainda há muito a ser contado sobre esse momento singular, vivido em Herval d’Oeste e Joaçaba.

REFERÊNCIAS

<https://turismo.hervaldoeste.sc.gov.br/post-6351/>

A GAVETA. Conto Pingado. 2013. Disponível em: <https://revistagaveta.wordpress.com/2013/03/26/conto-pingado/>. Acesso em: 25 maio 2025.

ALBERTI, V. História oral e arquivos. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, Fapesp, 1999. p.31-39.

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1989.

ALMEIDA, Carina Santos de. Tempo, Memória e Narrativa Kaingang no Oeste Catarinense: A tradição Kaingang e a Proteção Tutelar no Contexto da Transformação da Paisagem na Terra Indígena Xapecó. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: 335751.pdf. Acesso em: 01 nov. 2025.

AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 145- 155, abr. 1997.

BESSA, Iris. Indígenas que vivem em Santa Catarina. Pesquisa simplificada. Abril/2020. Disponível em: INDÍGENAS QUE VIVEM EM SANTA CATARINA Válido.pdf. Acesso em: 01 nov. 2025.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BRAGA, R. (org.). Cassiano Ricardo. Antologia Poética. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

BURKE, P. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CHAUÍ, M. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: Secretaria Municipal de cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Congresso Internacional “Patrimônio Histórico e Cidadania”. São Paulo: DPH/SMC, 1991.

CITALIARESTAURO. O que é história oral? O primeiro tipo de História. 2019. Disponível: <https://citaliarestauro.com/o-que-e-historia-oral/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CLARK, M. M. Esquecendo Louise Rouget: o problema do individualismo, da coletividade e das lembranças não-compartilhadas na História Oral e na cultura dos Estados Unidos. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 85-97, abr. 1997.

CORREIA, C. H. P. História oral: teoria e técnica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1978.

COUTINHO, E. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 165-171, abr. 1997.

DALLANORA, Cristina; DAROSSO, Flávia Paula; Viviani, POYER, O Histórico Vale do Contestado: A Luta pela Terra no Planalto e Meio Oeste de Santa Catarina (1874-1921). In: COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio Marques; UNGARETTI, Débora; MIOLA, Iagê Z.; FERRANDO, Tomaso. Propriedades em Transformação: expandindo a agenda de pesquisa. v. 2, 2021.

DE TONI, G. Larfiagem: a saga da língua criada no interior de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/larfiagem-a-saga-de-uma-lingua-criada-no-interior-em-santa-catarina/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIMBARRE, Omar. Contadores de Histórias 2 - Moradores de Herval d'Oeste. Depoimento de Zé Ferroviário. Youtube, (15:50min. a 28:29min.), 05/09/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eYSPA4g3fxg>. Acesso em:

DUNAWAY, D. K.; BAUM, W. K. (org.). Oral History: an interdisciplinary anthology. Nashville: American Association for State and Local History, Oral History Association, 1984.

FERREIRA, M. M. (org.). Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, M. M. (org.). História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, M. M. História oral, comemorações e ética. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 157-164, abr. 1997.

FRISCH, M. A. A shared authority: essays on the craft and meaning of Oral and Public History. Albany: State University of New York, 1990.

GRELE, R. J. Envelopes of sound: the art of Oral History. New York: Pleager Publishers, 1991.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

- HENIGE, D. Oral Historiography. London: Longman, 1982.
- KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- LE GOFF, J. História e Memória. 5. ed. São Paulo: Cia da Letras, 1990.
- MARQUES, J. Por que Santos Dumont se afundou em tristeza e tirou a própria vida no litoral de SP? 2025. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/diario-mais/por-que-santos-dumont-se-afundou-tristeza-tirou-sua-vida-no-litoral-sp/193583/>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- MATTOS, I. R. (org.). Ler e Escrever Para Contar: Documentação, Historiografia e Formação do Historiador. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.
- MEIHY, J. C. S. B. (org.). (Re) introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 1998.
- MOMBELLI, Raquel. Invernada dos Negros: herança e expropriação da terra no Meio Oeste Catarinense. Florianópolis: UFSC/NUER, maio de 2001. [Mimeo.].
- MONTENEGRO, A. T. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992. (Caminhos da História).
- PASSERINI, L. Mitobiografia em História Oral. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 29-40, dez. 1993.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTAL SÃO FRANCISCO. Suicídio de Santos Dumont. 2025. Disponível em: https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/suicidio-de-santos-dumont#google_vignette. Acesso em: 25 abr. 2025.
- PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História, São Paulo, n.10, p.41-58, dez. 1993.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo, n.15, p. 13-33, abr.1997.
- PORTELLI, A. The Battle of Valle Giulia: oral history and the art of dialogue. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.

PRINS, G. História oral. In: BURKE, P. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p.163-198.

QUEIROZ, M. I. P. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: CERU, FFLCH-USP, 1983.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina. CEOM, v. r, n. 7, p. 7-47, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/134>. Acesso em:

ROCHA, Diogo Ferreira da; PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre. Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. Disponível em: SC - Índios Kaingang lutam para homologar terras indígenas já demarcadas - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (fiocruz.br). Acesso em:

SAMUEL, R.; THOMPSON, P. The myths we live by. London: Routledge, 1990.

SIMSON, O. R. M. (org.). Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

THOMÉ, Nilson. Negros no Contestado, Sim! Quilombos e Quilombolas, Não! Ágora: R. Divulg. Cient., Mafra, v. 16, n. 1, 2009. ISSN 2237-9010.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. Projeto História, São Paulo, n. 15, p. 51-71, abr. 1997.

VANSINA, J. Oral Tradition as History. Madison: University of Wisconsin Press, 1985. (Edição modificada de Oral Tradition - a study in historical methodology, publicado em 1965).

VELASCO ÁVILA, C. (org.). História y testimonios orales. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia, 1996.

WIKIMEDIA. Kiwi com pincel. 2007. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kiwi_with_brush.jpg#filehistory. Acesso em: 25 jun. 2025.